



# ADFA



**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI — N.º 186

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — MARÇO 1990 — 60\$00

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
entre Ministérios da  
Defesa Nacional e  
do Emprego e da  
Segurança Social e  
a ADFA garante a  
nova Sede nacional**



Foto D.G.C.S.

**SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO  
afirma, na sua tomada de  
posse, assumir política de  
reabilitação com a participa-  
ção das associações de defi-  
cientes**

**ADFA e Director do Hospital Militar  
Principal de acordo na urgência de  
criação do «gabinete do utente»**

**Presidente da Câmara Municipal de Lisboa  
reafirma empenhamento da autarquia no  
processo da nova Sede nacional da ADFA**

**I Conferência de antigos Combateres de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique**

• **Ministros da Defesa Nacional e do Emprego e Segurança Social, bem como o Presidente da CM Lisboa integram também a sua Comissão de Honra, enquanto se esperam outras importantes adesões**

**Conselho Nacional de 10.3.90 e reunião com sócios em 14.3.90 («novo regime remuneratório» e «grandes deficientes em serviço») foram prova de dinâmica e associativismo**

## **ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA**

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral da ADFA para reunir ordinariamente no dia 31 de Março de 1990, pelas 13 horas e 30 minutos, na sua Sede Nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — *Apreciar e votar o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional», referente ao exercício de 1989.*
- 2 — *Apreciar e votar o «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central, bem como o respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1989.*
- 3 — *Actualização de quotas para 1991.*
- 4 — *Informações várias da Direcção Central, nomeadamente quanto à construção da nova Sede Social e aspectos legislativos respeitantes a deficientes militares.*

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA M. A. G. N.  
a) *António Reis dos Santos*



## — MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 60/90, de 25 de Janeiro, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 21, de 25 de Janeiro de 1990.

— Estabelece que os cidadãos do sexo feminino possam, em condições de igualdade com os do sexo masculino, candidatar-se a prestarem serviço militar efectivo nos quadros permanentes da Força Aérea.

## — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

• Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro de 1990, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 21 de 25 de Janeiro de 1990.

— Define o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória (revoga o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 301/84, de 7 de Setembro, cuja redacção foi alterada pelo art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 243/87 de 15 de Junho).

## — MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro de 1990, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 20, Suplemento, de 24 de Janeiro de 1990.

— Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

## — MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 41/90, de 7 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I.ª Série n.º 32, de 7 de Fevereiro de 1990.

— Altera os valores da remuneração mínima mensal.

## — MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 94/90, de 8 de Fevereiro, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 33 de 8 de Fevereiro de 1990.

— Aprova o Regulamento de Amparos.

## — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Decreto-Lei n.º 54/90, de 13 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I.ª Série n.º 37, de 13 de Fevereiro de 1990.

— Altera o Código do Registo Civil.

## — PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 117/90, de 14 de Fevereiro, publicada no Diário da República, I.ª Série n.º 38 de 14 de Fevereiro de 1990.

— Fixa o índice 100 da escala remuneratória dos militares dos três ramos das Forças Armadas.

## — MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I.ª Série n.º 38 de 14 de Fevereiro de 1990.

— Estabelece o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato dos três ramos das Forças Armadas.

## — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Decreto-Lei n.º 60/90, de 14 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 1990.

— Altera o Código do Registo Predial.

## — ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• Lei n.º 4/90, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 41, de 17 de Fevereiro de 1990.

— Alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais

## — MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

• Decreto-Lei n.º 63/90, de 20 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 43 de 20 de Fevereiro de 1990.

— Aprova os Estatutos do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP).

## — MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 161/90, de 28 de Fevereiro, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 49 de 28 de Fevereiro de 1990

— Aprova a declaração de rendimentos modelo n.º 2 a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do Código do I.R.S.



## Ministro da Defesa

Como é do conhecimento geral, em recente remodelação ministerial foi nomeado novo ministro da Defesa Nacional, o dr. Fernando Nogueira, até então ministro da Justiça. Ao novo titular a direcção central enviou o seguinte telegrama:

«Exm.º Senhor Ministro da Defesa Nacional, dr. Fernando Nogueira: Associação Deficientes Forças Armadas congratula V. Ex.ª tomada posse cargo ministro Defesa Nacional. Deseja total êxito desempenho funções convicta poderá contar empenhamento e sensibilidade V. Ex.ª na resolução questões deficientes Forças Armadas.»



## Ministro da Justiça

Também ao novel ministro da Justiça foi enviada a seguinte mensagem de cumprimentos:

Exm.º Senhor Ministro da Justiça, dr. Laborinho Lúcio:

Associação Deficientes Forças Armadas saúda V. Ex.ª tomada posse cargo ministro da Justiça. Deseja total êxito desempenho funções convicta pessoas com deficiência continuarão contar com um Amigo melhoria condições integração na sociedade portuguesa».

Recordemos, conforme ELO/JUL89, que o dr. Laborinho Lúcio, então como director do Centro de Estudos Judiciários promoveu, em colaboração com o Secretariado Nacional de Reabilitação, em 11JUL89, uma sessão de sensibilização sobre «A Justiça e as pessoas com deficiência», encontro

esse entre quadros superiores da magistratura, técnicos de reabilitação e representantes de organismos oficiais e de associações de e para pessoas deficientes, tendo como objectivo alertar os órgãos do poder judicial para as barreiras físicas e psicológicas que a pessoa com deficiência muitas vezes encontra quando tem de enfrentar a Justiça e os tribunais.



## Secretário Nacional de Reabilitação

Conforme em «Última Hora» de Elo passado, o dr. Fouto Pólvora pediu a demissão do cargo de secretário Nacional de Reabilitação.

Por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério do Emprego e da Segurança Social, de 23.2.90, foi nomeada em sua substituição a dr.ª Maria Guida da Silva Faria, tendo tomado posse no mesmo dia, acto a que estiveram presentes, pela ADFa, os presidentes e 2.º secretário da direcção central, José Arruda e Artur Vilares, respectivamente, conforme se dá notícia mais alargada noutra local. Entretanto, ELO procurará, em entrevista já solicitada, colher, e divulgar, as principais linhas e objectivos do seu mandato.

## Contactos oficiais



Também conforme notícias mais alargadas em outros espaços deste ELO, a direcção central foi recebida, neste período, pelo director do Hospital Militar Principal (14.3.90) e pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa (16.3.90).



## Sede Novo Consultor Jurídico

Com o objectivo de alargar a prestação de serviços aos sócios, nomeadamente na área do Direito Civil e reforçar a assessoria jurídica da Direcção Central e de outros Departamentos da ADFa, foi decidido celebrar contrato de prestação de serviços com o dr. António dos Santos Carreiro, nosso associado.

## ADFA e a Comunicação Social



## COMBATENTE

Em seguimento ao convite feito pelo director da revista «Combatente», iniciou-se em Janeiro passado uma mais estreita colaboração com este órgão da Liga dos Combatentes, passando a ADFa a nele dispor de um espaço permanente de informação, da responsabilidade da redacção do ELO.

## O COMBATENTE DA ESTRELA

Também pelo «O Combatente da Estrela», publicação mensal do Núcleo da Covilhã da Liga, foi a ADFa contactada para intercâmbio de informações.

De destacar que no respectivo número de Janeiro último, este jornal dá especial relevo a um artigo saído no «Expresso» de 20.1.90, e onde se refere a ADFa, num espaço denominado «Allô Combatentes!» e sob o título «Estudo clínico revela: Poder ignora traumas da guerra colonial».



## heli s

Tendo a equipa de peritos HELIOS/CEE, de que é directora-adjunta, encarregada das Relações Públicas e da gestão do sistema Handynet, a portuguesa Cristina Louro, decidido publicar uma revista que trata do problema dos deficientes, exactamente com o mesmo nome daquele programa comunitário, e nas nove línguas faladas neste espaço europeu, a direcção de Elo solicitou um intercâmbio entre as duas publicações, tendo já sido

recebidos os três primeiros números de «Helios».

Pelo seu interesse, esperamos, proximamente, poder dar informação mais pormenorizada sobre os artigos aí publicados.

## AFRICA NOTÍCIAS

Em extenso artigo de 5 páginas, o jornalista Nelson Herbert faz, no n.º 11-/FEV90 de «África Notícias», uma exaustiva apresentação da ADFa com base em entrevista concedida pelo presidente da Direcção Central, José Arruda, e transcrevendo um texto do ELO.

História, evolução e intervenção da ADFa, reabilitação e reintegração de deficientes militares, nomeadamente os oriundos das ex-colónias, relações internacionais e participação na FMAC, «stress» de guerra, nova sede e conferência com antigos combatentes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, são os principais temas tratados.

## O HOMEM E A SOCIEDADE

Acabamos de receber um pedido de permuta com o jornal «O Homem e a Sociedade», órgão da Associação Comunitária de Saúde Mental, destacando do seu Estatuto Editorial o ponto 3:

«Tendo no seu projecto a preocupação de colocar a PESSOA COMO CENTRO da sua actividade, este Jornal dará prioridade àquele grupo de pessoas que, por razões de saúde (ou de doença), constitui mais um motivo de segregação social».



## ADFA/Coimbra

Também através da delegação de Coimbra, e conforme se dá mais notícia em «Delegações», a ADFa tem sido devidamente tratada e focada em jornais e rádios locais.

## ÚLTIMA HORA:

CAIXA



Conforme muito recentes contactos mantidos entre a ADFa, o Ministério da Defesa Nacional e a Caixa Geral de Aposentações, estima-se provável a actualização de pensões no próximo mês de Abril.



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8;

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8 500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:  
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.

# CONSELHO NACIONAL DA ADFA

## reunião de 10.3.90

Convocado pela MAGN, conforme o disposto no Art.º 37.º dos Estatutos, reuniu o Conselho Nacional da ADFA, na Sede, em Lisboa, no dia 10 de Março p.p. (sábado), com a seguinte:

### «Ordem de Trabalhos»

#### 1 — Informações da ADFA Central sobre:

1.1. Criação e funcionamento das várias comissões de trabalho instituídas na sequência das deliberações do III Congresso;

1.2. Construção da nova Sede;

1.3. Realização da «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique»;

1.4. Propostas legislativas apresentadas ao Ministério da Defesa Nacional.

2 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades do Conselho Nacional» relativamente ao exercício do ano de 1989.

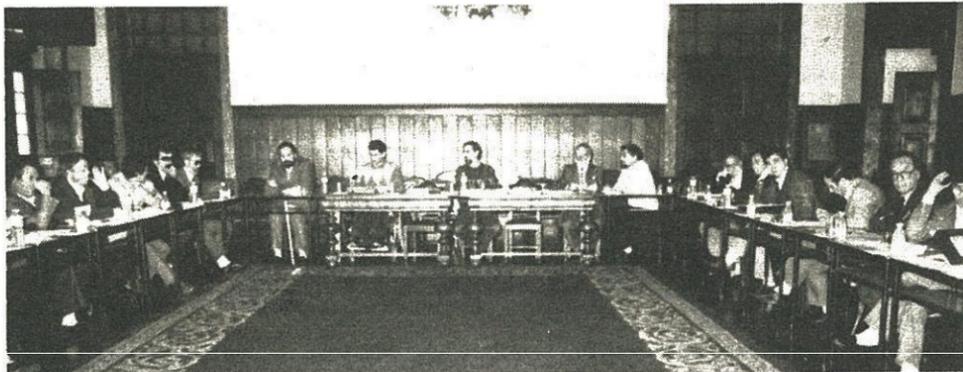
3 — Apreciação e votação do «Orçamento» da ADFA, para o ano de 1990.

Aberta a sessão pelo Presidente da MAGN, dr. Reis Santos, estando presentes todos os elementos da Mesa, assim como da Direcção Central e representações da totalidade das Delegações, para além do Conselho Fiscal Central, seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Direc-

ção Central, José Eduardo Gaspar Arruda, e perante a MAGN e restante CN empossou as seguintes comissões:

#### Reabilitação:

José Eduardo Gaspar Arruda, António Lavourea Lopes, Hugo António Constantino Guerra, Jerónimo Dias de Sousa, Henrique Arantes Lopes de Mendonça, António Manuel Pereira Neves, João José Ferreira Villalobos Vieira.



Estatuto do Deficiente Militar:

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, Abel dos Santos Fortuna, António dos Santos Carreiro, José Alberto Bento Raimundo, Américo Lapa Oliveira Meireles.

#### Relações Internacionais:

José Eduardo Gaspar Arruda, Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte, Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, António dos Santos Carreiro, Mário Soares Dias.

#### Angariação de Fundos para Nova Sede:

Presidente da Direcção

e os sócios de reconhecida idoneidade e competência, António Manuel Garcia Miranda, Manuel Luís Gonçalo Botelho da Costa, José Luís Rodrigues de Noronha, João Manuel Sarmento Coelho, António Fernando Fradique Ribeiro, José Salles Girão, António Augusto Catarino Salgado, António Augusto Almeida Santos.

#### Acompanhamento da

Secretário da DC, Artur Vilares, elemento coordenador da Comissão de acompanhamento da obra.

Neste período, o Presidente da Delegação da Faro, José Rufino, aproveitou para recordar a questão da cedência de um terreno, pela Câmara Municipal de Silves, para a edificação de um Centro de Repouso para deficientes militares, esclare-

cendo a DC que tal não está, de maneira nenhuma, esquecido.

Perante o interesse do assunto, e as perguntas de algumas Delegações, o Presidente da Mesa interrompeu a troca de informações, por não fazer parte da OT, recomendando, no entanto, à DC que não descurasse o problema.

Entrando-se no ponto sobre a «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique», a DC esclareceu sobre a sua organização e logística, referindo os contactos feitos e os apoios recebidos, destacando a presença do Chefe do Estado, Presidente da Comissão de Honra, na Sessão Solemne de Abertura, assim como a do Primeiro-Ministro na de Encerramento, e a cerimónia de homenagem aos militares mortos.

Assistiu-se depois, em perguntas e respostas, a uma interessante troca de opiniões sobre os critérios e razões que subordinaram a denominação da conferência a apenas «antigos combatentes» sendo referido pela DC ter sido esse o consenso possível, e até desejável, nascido de compromisso de todas as organizações participantes, não esquecendo a qualidade da ADFA como único representante de Portugal na FMAC, e o desejo manifesto de Angola Guiné-Bissau e Moçambique aderirem, logo que possível, à Federação Mundial de Antigos Combatentes.

Interrompida a sessão para uma hora de almoço, na própria Sede, e continuados os trabalhos pelas 14 horas, voltou-se ainda à questão de «antigos

combatentes», tendo sido salientada a necessidade de assuntos de tanta importância e melindre serem tratados de forma mais alargada e não apresentados como factos consumados.

Tendo sido focados ainda outros aspectos ligados à conferência, como critérios de representação da ADFA em termos de qualificação e quantificação (cada Delegação nacional convidada será composta apenas por 5 elementos), programa social e cultural e até falta de aproveitamento das viagens a África do Chefe de Estado, a MAGN, por proposta do Conselho Fiscal Central, interrompeu esta viva troca de impressões, por prolongada e fora da OT, recomendando à DC que aproveitasse as opiniões e sugestões expressas para se fazer um estudo reapreciativo dos conceitos de «combatente» e de «deficiente militar», considerando até a questão das sequelas morais e mentais que se tendem a agravar com o tempo.

Quanto ao ponto 1.4. foram enunciadas as diversas propostas legislativas apresentadas ao Ministério da Defesa Nacional, desde as consideradas em reunião da FMAC, em Bad-Ischl, até às mais recentes sobre «grandes deficientes em serviço» e «Estatuto de Aposentação».

No debate que se seguiu, embora reconhecido o esforço da DC no sentido de apresentação dessas propostas, foi considerado que ele parece não ser o suficiente já que muitas respostas não têm sido conseguidas e muitos anseios não têm sido correspondidos, pelo que o CN, na sua globalidade,

te alguns documentos sobre o III Congresso, foi aquele aprovado.

Iniciada a discussão do ponto 3, verificou-se o abandono dos trabalhos por parte da Delegação de Vila Nova de Famalicão, após a apresentação de algumas considerações sobre a proposta agora em análise.

Na realidade, verificando-se polémico o «Orçamento» da ADFA para 1990, dado que face às receitas previstas, se suprimiram todos os pedidos de verbas para a realização de investimentos locais, embora havendo possibilidade de reapreciação de alguns ser completamente impossível a obtenção de recursos e apoios próprios, considerando-se ainda que se atingiu o ponto crítico entre os custos fixos da estrutura associativa e as habituais fontes de receita o que, a não ser superado, poderá levar à suspensão de determinados serviços de apoio aos sócios, situação essa que pode, no entanto, ser ultrapassada quer por diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através de investimentos selectivos e aumento das receitas de quotização, quer por iniciativa local na apresentação de projectos de índole social ligados às autarquias e outras instituições, no âmbito do papel reservado às «Organizações Não Governamentais» (ONG), grande foi a discussão em torno de tão importante documento, assistindo-se, por vezes, a troca de palavras mais vivas, reflexo, afinal, do calor e dinâmica associativas.

No final, e aceite o princípio da autonomia progressiva por parte das

Delegações, no que respeita à aplicação de recursos, considerada a promessa do envio mensal do duodécimo relativo ao subsídio atribuído, o que constitui uma participação para fazer face às despesas totais de cada delegação, incluindo os custos com o pessoal, foi o «Orçamento» para 1990 (que ronda, receita/despesa, os 80 mil contos), aprovado por maioria, com votos contra Évora e Viseu, excluindo Vila Nova de Famalicão.



ção Central que fez a apresentação das razões e objectivos das várias Comissões nomeadas pela DC e que esta propunha para tomarem posse perante o Conselho Nacional.

Após um curto período de perguntas pelos Conselheiros, esclarecendo a DC que os critérios de formação das Comissões, aparentemente tão centralistas, se deviam, exclusivamente, a questões de operacionalidade e capacidade/necessidade de contactos, reunião e decisão quase permanentes, foi aceite por unanimidade que as mesmas tomassem posse de imediato.

E assim, apenas com a falta de alguns elementos, a Direcção Central, na

Central, José Eduardo Gaspar Arruda; 2.º Secretário da DC, Artur José Caldeira Vilares; Presidentes das Delegações de Bragança, Olímpio Sebastião Oliveira; de Castelo Branco, José Eduardo Garrido Nunes; de Coimbra, José Matias Maia(\*); de Évora, Manuel Teixeira Gil(\*); de (V.N.) Famalicão, Antiquises Fernando Crocchia Barbosa de Carvalho(\*\*); de Faro, José Nicolau Rufino(\*\*); do Funchal, Armando Augusto Vieira Costa; de Ponta Delgada, Jaime Fernando Leite Domingues; do Porto, José dos Santos Rodrigues Teixeira; de Setúbal, José Maria Rosa(\*\*); de Viseu, João Manuel Santos Gonçalves

Construção da Nova Sede:

Artur José Caldeira Vilares (DC), Armando Ramos Alves (CFC), Manuel Lopes Dias (GOS), António dos Santos Carreiro (DAJAS), João Manuel Sarmento Coelho (DAGEF).

NOTA: Os Presidentes das Delegações de Coimbra e de Évora(\*) não aceitaram tomar posse, tendo os de Vila Nova de Famalicão, Faro e Setúbal-R\*) adiado esse compromisso para depois da Assembleia Geral Nacional de 31 de Março, julgando ELO que por discordância com os critérios de nomeação para as restantes Comissões, embora todos tenham, quando contactados pessoalmente pela DC, aceite fazer parte desta.

Após este acto, o Presidente da MAGN usou da palavra para, em relação à cerimónia anterior, sublinhar a disponibilidade da Direcção Central, em conformidade até com os seus princípios de colaboração alargada e responsabilização, em ouvir os restantes órgãos sociais, nomeadamente a própria MAGN.

Seguidamente, e ainda antes de se avançar para o ponto seguinte da OT, foi proposto pela Mesa, e aceite sem oposição, que os elementos presentes das várias Comissões empossadas, e não Conselheiros, pudessem, como convidados do CN, acompanhar a restante sessão.

Passando-se então para as «informações sobre a construção da nova Sede nacional», feito pela DC o seu historial e apresentada a situação actual, os contactos realizados e os apoios conseguidos e prometidos, as perspectivas e as previsões, várias foram as questões levantadas pelos Conselheiros, nomeadamente quanto a custos, tendo as mesmas sido esclarecidas pelo 2.º



## Sessão de informação na Sede:

### Novo regime remuneratório e grandes deficientes em serviço

A provar o interesse despertado pela notícia, apenas no ELO de Fevereiro, da organização desta sessão de trabalho, uma Sala da Biblioteca completamente cheia, em 14 deste mês, com mais de sete dezenas de associados presentes que vieram trazer as suas dúvidas, os seus casos e experiências, as suas reclamações e reivindicações, pedir esclarecimentos e informações.

Na Mesa, para além dos Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Direcção Central, o responsável pelo Contencioso e o novo Consultor Jurídico, respectivamente associados José Arruda, Patuleia Mendes, Artur Vilares, Marcelino Benavente e António Carreira.

De tudo o que ficou dito, ELO reteve, como mais gritante, as situações paradoxais das, por vezes, demasiadas vezes, enormes diferenças do grau de incapacidade atribuído pelas Juntas militares e pela Junta da Caixa (será que esta, alguma vez, atribuiu mais do que aquelas? Se há «erro», porque sempre só para um lado?), dos casos há anos à espera de definição e decisão, da injustiça dos «filhos e dos en-

teados bastardos», até da burocracia que atraz, desmotiva, entristece. E há até quem já não tenha ânimo nem tempo para entristecer...

Fica-nos também na memória o retrato de quem, com 69 anos de idade e 42 de serviço no funcionalismo, com 70 % de incapacidade, aguarda há demasiado tempo (há 7 anos que podia estar reformado e só tendo mais um para esperar...), que promessas de longa data sejam cumpridas.

Que pena que alguns responsáveis e homens de gabinete não tivessem estado presentes para verem como, quem sabe ter a razão pelo seu lado, expõe as suas preocupações, sem sobressaltos mas com esperança, serenamente clamando Justiça.

Mas muitas outras coisas foram ditas, nomeadamente que a deficiência não é só falta de membros, braços e pernas, já que muitas doenças físicas e psíquicas são graves... e agravam-se cada vez mais, sendo, sistematicamente, arquivados os respectivos processos; e que sendo a pensão de deficiente militar uma indemnização, a pensão-

/reforma de aposentação (para que nunca se deixou de descontar), tem que ser válida.

E, evidentemente, falou-se da nova tabela de vencimentos, de escalões e de IRS, falou-se do estudo já começado, pela respectiva Comissão da ADFA, sobre o «Estatuto do Deficiente Militar», da quantidade enorme de legislação avulsa a consultar e a analisar, dos objectivos e princípios em mente.

Mas ficou também esclarecida a vontade da Direcção Central em procurar solucionar os problemas, intervindo e estudando propostas válidas, algumas delas já concretizadas, outras a concretizar em breve, pressionando, permanentemente, as entidades governamentais e militares responsáveis para uma maior atenção para todas estas questões.

Sobre o IRS muitas dúvidas se levantaram, e ao encontro delas vai o artigo do nosso associado n.º 519, publicado neste ELO na secção «Escrevem os sócios...», a provar que algo está mal.

Sobre as pensões, infelizmente, a quase certeza

da demora na actualização, já que se mesmo informatizados os serviços, a questão dos escalões vai dar «pano para mangas». Mas, também, a mesma certeza de que a ADFA já enviou ofícios e fez contactos directos, alertando para tal facto e reclamando brevidade.

Sobre os «grandes deficientes em serviço», a confirmação de que o assunto se encontra já em análise nas mais altas instâncias, aliás como outras propostas legislativas.

**Sobre a questão da disparidade entre a atribuição de graus de incapacidade pelas Juntas médicas militares e pela Junta da Caixa, a informação de que sempre que isso suceda, e até alteração do Estatuto da Aposentação, todos os casos devem ser apresentados imediatamente à ADFA para interposição de recurso.**

A finalizar a sessão, José Arruda lançou um apelo para que todos os sócios «passem a palavra» e se unam cada vez mais em torno da sua Associação, pois só assim a sua força pode ser demonstrada e a sua razão defendida/ouvida.

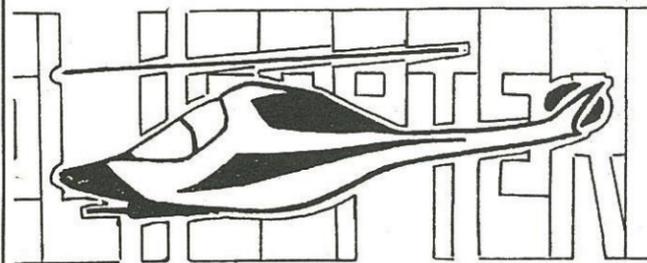
## PONTO DE ENCONTRO

Neste número de ELO apenas um «Ponto de Encontro» para todos os que são, ou foram, pilotos, mecânicos ou outro pessoal dos helis, e famílias.

Estão desafiados para uma festa na Base Aérea n.º 3/Tancos, em 7 de Abril, com futebol, almoço, vacada, jantar e fados, para além de outras

diversões que preenchem todo o dia.

As inscrições devem ser feitas até 1 de Abril próximo, para a Esq. 552 (telef. 049-93436/7/8, ext. 501 e 339, até às 17 h e ext. 489 das 18 às 23 h) sendo os preços de 800\$00 (adultos) e 400\$00 (crianças).



**Informação aos sócios inscritos nos S. S. F. A. para terem acesso a Colónias de Férias ou Centros de Repouso**

No ELO de Janeiro p. p. foi dada informação sobre o calendário dos turnos de funcionamento dos estabelecimentos acima indicados,

Agora, e após diligências do DASC, podemos acrescentar que os sócios interessados terão que preencher um Boletim de Inscrição, o qual podem obter nos Serviços Sociais das Forças Armadas, ou na Sede e Delegações da Associação.

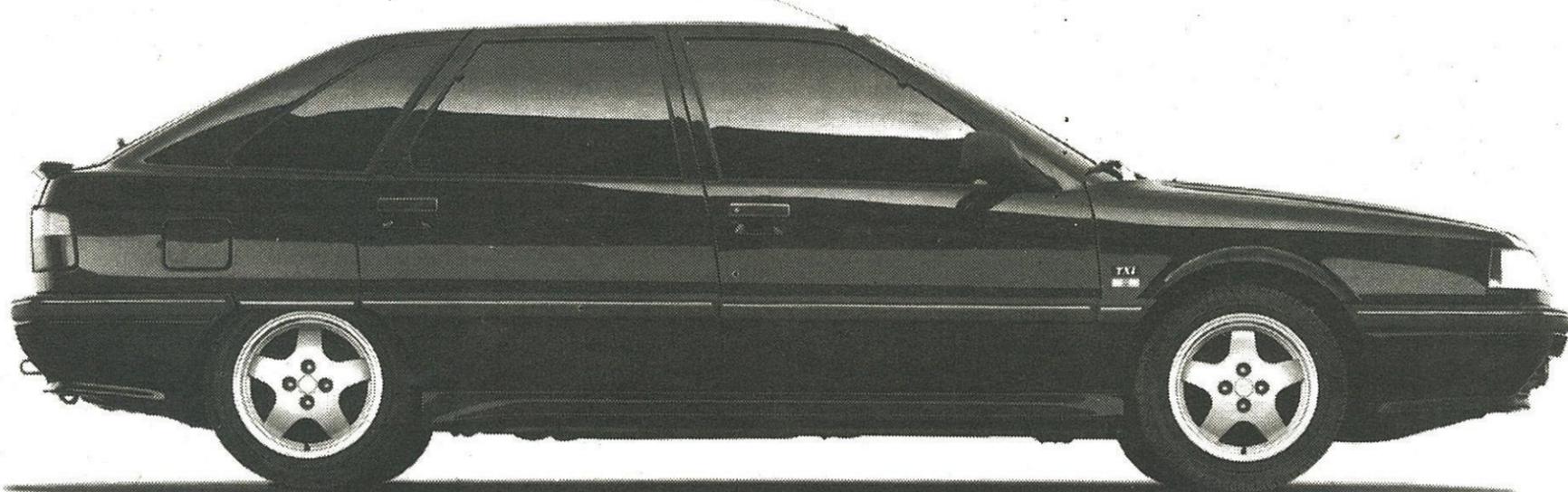
Após o seu preenchi-

mento, o mesmo poderá ser entregue directamente nos Serviços ou enviado pelo Correio.

No caso de residirem nas áreas de Lisboa, Porto ou Coimbra, poderão dirigir-se aos respectivos Serviços do SSFA ou, noutras circunstâncias, enviar por correio para:

**SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS — Rua Pedro Nunes, 8 — 1097 Lisboa Codex.**

# O OUTRO RENAULT 21



## U

m Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.  
Modelo apresentado — Renault 21 Bicolor TXI (a comercializar durante 1990)

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicolor. E para si?

Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicolor.

**RENAULT**

## Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.  
(Sucursal)  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E  
1900 Lisboa  
Telef. 859 00 58



## Direcção Central da ADFA recebida pelo novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

A Direcção Central da ADFA, nas pessoas dos seu Presidente, 1.º e 2.º Secretários, respectivamente José Arruda, Patuleia Mendes e Artur Vilares, foi recebida, no passado dia 16 deste mês, nos Paços do Concelho, pelo novo Presidente da edilidade lisboeta, dr. Jorge Sampaio, tendo aproveitado, já que era o primeiro contacto após a sua tomada de posse, para renovar não só os cumprimentos e votos de êxito no desempenho das funções como também a convicção no apoio que o novo autarca prestará à ADFA e a todas instituições congéneres, conforme telegrama enviado oportunamente.

Em resposta, o dr. Jorge Sampaio, agradecendo, referiu o grande prazer que tinha tido em estar na Sede da Associação, em 9 de Dezembro

de 1989/«Dia Nacional do Deficiente» e aquando da campanha eleitoral (ver ELO/DEZ89), tendo ficado bastante sensibilizado quer pela forma como fora recebido quer pela útil experiência pessoal de que se tinha revestido tal visita.

Entrando-se na análise das várias questões «em agenda», foi feito o ponto da situação relativa à «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique», tendo sido formulado convite ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para integrar a respectiva «Comissão de Honra», ao mesmo tempo que lhe era entregue um exemplar do «Programa» e explicados, em mais pormenor, os grandes objectivos do encontro. Ao aceitar o convite, o dr. Jorge Sampaio não quiz deixar de salien-

tar o papel da ADFA no respeitante à sua acção precursora e inovadora no campo da reabilitação e da reintegração das pessoas deficientes, e não só dos militares, sendo um bom exemplo da sua capacidade, a todos os níveis, a realização desta reunião com os antigos combatentes daqueles três países de expressão portuguesa, o que vai permitir, através da recolha de testemunhos dos vários lados, estreitar amizades, reforçar a cooperação e propôr soluções para problemas comuns.

Seguidamente falou-se, também, do importante papel que a Câmara tem na integração dos deficientes, como cidadãos que são, e vivem, em Lisboa, cidade que ainda levanta, para muitos, grandes problemas, nomeadamente no que diz res-

peito a habitação e transportes, para não falar já da questão do emprego, tão interligada com aqueles, tendo sido informada a delegação da ADFA de que está já em curso uma remodelação dos serviços camarários que trabalham e interferem nessa área, incluindo o NIPRED, esperando a autarquia uma estreita cooperação e colaboração da Associação, para o que já estavam dadas instruções ao vereador do pelouro no sentido de a vir a contactar brevemente.

Finalmente abordou-se o tema da construção da nova Sede, tendo sido reafirmados todos os apoios e compromissos assumidos anteriormente, com interesse em o alargar, sendo o dr. Jorge Sampaio bastante sensível ao desejo da Direcção Central, em formalizar, o mais rápido possível, por escritura, a cedência do terreno, embora esta seja irreversível, já que, como considera a Associação, tal «casa de Paz», mais do que um mera Sede física, será um testemunho e um símbolo, até um monumento, aos que ao serviço da Pátria e no cumprimento de um dever se deficientaram, mas que não servirá apenas de recordação, sendo principalmente, um lugar de encontro entre antigos combatentes e vítimas de guerra de todo o Mundo, até no âmbito universal da acção da FMAC e da ADFA, esta como elemento activo e participante daquela.



## I ENCONTRO DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

Elaborada, de acordo com as sugestões de todos os países intervenientes, a «Agenda de Trabalhos» da reunião (e recordemos os seus principais temas: «Legislação, Estruturas da Política de Reabilitação, Cooperação no domínio da reabilitação e Cooperação no âmbito da FMAC», delineado um programa geral não só das sessões de trabalho como também de toda uma actividade social e cultural paralela, que inclui desde recepções e cumprimentos, à cerimónia aos militares falecidos, com deposição de flores (sem dúvida um dos pontos mais altos e simbólicos deste encontro de antigos combatentes), homenagen à participação e acompanhamento das mulheres, visitas de estudo e turísticas, continuam a processar-se os necessários contactos e os pedidos de apoio logístico para que

tudo se desenrole com normalidade e dentro do previsto, sucedendo-se as audiências com vista à formulação de convites para a Comissão de Honra, da qual, como se informa noutra notícia, já também aceitou fazer parte o Presidente da Câ-

mara Municipal de Lisboa.

No próximo ELO, último antes da conferência, esperamos avançar com informações mais completas e precisas sobre este acontecimento que mobiliza já o interesse e a atenção de numerosos

sectores da vida pública nacional, e até internacional, dado o extraordinário significado que ele reveste no panorama da cooperação entre países e pessoas que até há anos atrás eram protagonistas de uma guerra, em trincheiras opostas.



## APOIO A IMPORTAÇÃO DE VIATURAS

Os sócios da Delegação do Porto da ADFA, ou os seus familiares, interessados na importação directa de viaturas de qualquer marca, deverão contactar a mesma, a fim de obterem as necessárias indicações e outros apoios que os seus serviços estão aptos a proporcionar.

A Sede da Delegação é na Rua Pedro Hispano, 1105 e o telefone o n.º (02) 82 04 03.

## Venda de viaturas para deficientes

### Documentação necessária

Deficientes civis (ao abrigo do Dec.-Lei 235/D de 1 Jun. 83)

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo Centro de Saúde da Área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças como esteve isento.

Deficientes das Forças Armadas (ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 de 20 Jan. 76)

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

## Serviço da gama «Renault»

### Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

## Viaturas RENAULT

### PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 01.02.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus 3 p	895 494\$00	1 187 777\$00
Renault 5 Campus 5 p	945 448\$00	1 246 224\$00
Renault 5 Jeans 3 p	860 007\$00	1 209 625\$00
Renault 5 Jeans 5 p	908 507\$00	1 266 370\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 058 585\$00	1 505 352\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 107 493\$00	1 562 574\$00
Renault 5 GTX 5 p	1 263 563\$00	1 877 977\$00
Renault 5 GTD 5 p	1 415 068\$00	2 398 053\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 280 001\$00	1 770 258\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 255 216\$00	1 868 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 350 570\$00	1 979 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 526 067\$00	2 184 937\$00
Renault 19 GTD 5 p	1 622 648\$00	4 194 390\$00
Renault 19 Chamade TR	1 292 673\$00	1 785 085\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 377 582\$00	2 011 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 566 589\$00	2 220 648\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 655 101\$00	4 332 360\$00
Renault 21 Tricorpo GTL	1 655 769\$00	2 346 668\$00
Renault 21 GSD Tricorpo	1 869 183\$00	4 486 796\$00
Renault 21 TDX Tricorpo	2 240 397\$00	6 758 952\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 655 769\$00	2 346 668\$00
Renault 21 GSD Bicorpo	1 869 183\$00	4 486 796\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 683 474\$00	2 779 393\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 745 853\$00	2 852 376\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 155 425\$00	6 659 535\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 231 366\$00	6 748 386\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 191 201\$00	1 597 122\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 283 911\$00	1 705 592\$00

### VIATURAS COM CAIXA DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA

Renault 19 GTS 3 p	1 389 404\$00	2 225 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 484 758\$00	2 136 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 660 255\$00	2 341 937\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 511 770\$00	2 168 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 690 777\$00	2 377 648\$00
Renault 21 GTS Bicorpo	1 762 747\$00	2 872 142\$00
Renault 21 TSE Tricorpo	2 085 248\$00	3 249 468\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 827 064\$00	2 947 393\$00

Transferência+Transportes=  
R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES:  
Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel: 3462167/89 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tel: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.



# ESCREVEM OS SÓCIOS...



Neste número mais dois trabalhos de sócios bem conhecidos de todos, pela sua participação acti-

va e associativa. Pena que não os tomem como exemplo, já que, feitos tantos apelos pela redac-

ção do Elo, continuamos sem receber a colaboração necessária.

a sua própria reserva moral...» e quando diz que os sócios «são hoje, na generalidade, uma massa inerte», não está a fazer a apologia de que os grandes valores da ética e da moral-reserva moral — estão ligados àqueles que não se souberam manter em permanente disponibilidade para defenderem as suas opiniões e os seus ideais em confronto com outras opiniões e outros ideais, dentro da ADFA. Também não estará a considerar alguns sócios e alguns ex-sócios com quem, possivelmente, se cruzará demasiadamente, como a generalidade dos sócios da ADFA que com orgulho se revêem na obra realizada e na grandeza dos objectivos que afincadamente perseguem.

Quando o Maia diz «somos uma organização à beira da extinção!...», estará a lançar o seu mais veemente apelo àqueles que, porque não conseguiram impor as suas razões, desertaram dos seus deveres de militante da ADFA, para que os assumam agora e venham, com as suas opiniões, com as suas críticas construtivas, ajudar a construir um futuro melhor para todos os deficientes.



Mas o Maia também errou: errou quando resolveu utilizar um tipo de linguagem pretensamente agressiva e errou quando optou por exprimir-se por metáforas. Não fora conhecer bem o, Maia insistiu, e acontecer-me-ia pensar o mesmo que pensaram alguns sócios que leram o artigo e que me disseram a conclusão a que chegaram — escreveu sobre outros sócios e sobre outra Associação!!!...»

Eu estou preocupado com o futuro próximo da ADFA, com as respostas que vamos dar aos desafios que se nos colocam. Estou consciente que estes desafios não são a barreira que nos vai fechar os caminhos da evolução do futuro mas serão a alavanca que nos projectará na busca da melhor solução.

As actuais dificuldades, algumas delas o Maia as aponta, não são maiores que outras já vividas e ultrapassadas. Também não serão menores que outras que o futuro nos reserva. As dificuldades aguçam o engenho, reúnem vontades, promovem soluções. Ainda bem que

de vez em quando os nossos sinos tocam a rebate. Uma prova de obstáculos vence-se pela ultrapassagem sucessiva das barreiras, primeiro uma, depois outra, outra e outra, até que se atinja a meta final — o objectivo.

A ADFA precisa do Maia, de outros como o Maia, de outros diferentes do Maia, quer na maneira de estar, quer na maneira de pensar, quer na maneira de sentir, disponíveis para manifestar as suas ideias, para lutar pelas suas ideias, para discutirem as suas e outras ideias. Para lutar e insistirem em lutar e para discutirem e insistirem em discutir.

## O Meu Comentário — II

Quiz o acaso que fosse no primeiro «Elo» do ano que surgisse uma primeira resposta ao meu desafio.

Armindo Roque é o autor, o que não surpreende, habituados que estamos à sua completa disponibilidade para a participação activa. Fico a aguardar suas novas intervenções, quer como confronto de opiniões, quer como apresentação dos seus pontos de vista sobre temas da revisão estatutária ainda não abordados.

Mas espero mais: — espero aqueles que, pelas responsabilidades que têm no seio da ADFA, não se demarquem delas e tragam aos sócios através do nosso «ELO» de comunicação, as suas opiniões. Os sócios precisam e querem ouvi-las!

Sobre as questões levantadas pelo Roque e sobre as soluções que aponta, estou, no essencial, de acordo.

De acordo que tem que mudar o entendimento da nossa estrutura associativa: — Temos que dizer não ao centralismo das decisões; não aos grupos de acção fechados; não à falta de informação ou à informação fora de tempo; não à falta de comunicação. Temos que apostar sim, na descentralização com responsabilização inerente; sim na atribuição de competências às Delegações e ao respeito pelas suas criatividade e capacidade de acção; sim, na intervenção das Delegações nas decisões de âmbito nacional (participação); sim, na constante troca de informação, numa eficaz comunicação.

Penso que muito da eficácia e prestígio futuro da ADFA estará ligado a este modo de sentir e actuar da estrutura associativa. Penso, também, que a motivação dos sócios para as tarefas passa por aqui...

— os defeitos do Binómio DESCENTRALIZAÇÃO/RESPONSABILIZAÇÃO deverá depender a implantação futura da ADFA no todo nacional.

A manter-se a tendência do actual comportamento, não estará longe o tempo em que a ADFA se resumirá a Lisboa e Porto (... e há quem defenda!). Mais remoto, mas não de todo o impossível, poderá vir o tempo de ADFA igual a Lisboa e o resto a paisagem (em alguns aspectos não o é já?).

Reparemos: qual a conclusão que se pode tirar da informação do «Elo» de Janeiro, inserta no centro da sua página central? Não será já uma prova concreta da identificação da ADFA com quem se reconheça capacidade, e com disponibilidade para integrar a comissão ali anunciada?

Se a resposta a esta questão é que não há, então, a ADFA, é já Porto e Lisboa; se a resposta é que não se tomou em conta as outras delegações, então a ADFA vai ser Porto e Lisboa; e a resposta é que só um grupo restrito está disponível para assumir tarefas, então o Maia tem razão na profecia ao futuro que faz da ADFA.

Concordo com o Armindo Roque e com o seu entendimento de que é necessário desburocratizar os serviços, dando-lhes conhecimentos, qualidade e eficácia, ou seja, dando-lhes rentabilidade. Para tal, é necessário que se implantem processos de melhoria de qualidade nos diferentes serviços.

Concordo, em último, mas de prioritária importância, que se desenvolva a dinâmica associativa através da acção que privilegie o movimento das margens para o centro e de baixo para cima ou seja, dos sócios para as estruturas e destas para os órgãos.

E após os seus «comentários» a duas cartas/artigos de outros tantos sócios, José Luís Noronha prossegue com o seu «contributo» directo e pessoal para a revisão estatutária.

«O tema que hoje abordado é um dos que mais dúvidas me tem levantado e aquele perante o qual sinto mais dificuldades em dar uma resposta global satisfatória.

## QUEM PODE SER SÓCIO DA ADFA?

É a questão para que procuro resposta.



## ...de COIMBRA

José Maia recorda Alguém.

### EM BUSCA DA TERRA DA FRATERNIDADE, EM CADA ESQUINA UM AMIGO. MORREU O POETA

José Afonso, morreu num dia de Fevereiro. Faz hoje 3 anos. Vinte e três do 2.º mês do ano de 1987. Depois de uma vida de heróica resistência ao fascismo. Depois de homenagens póstumas aqui e ali, algumas das quais carregadas de hipocrisia, resta-nos uma eternidade de saudade pelo Amigo e poeta que nos deixou num dia assim!

Pertencemos a uma geração que do Zeca Afonso lhe ficou na memória as cantigas ouvidas na clandestinidade. Música de combate e liberdade. José Afonso, deixou-nos num dia de Fevereiro, ainda com tantas lutas por travar, com tanta gente por incomodar e com tantos

mentirosos por desmascarar. Uma doença muito especial nos roubou o corpo do Zeca. Mas não nos retirou o prazer de ouvir o seu talento. Até à morte protestou contra o que estava mal, mesmo depois do seu 25 de Abril, porque tanto lutou. Contra a guerra colonial, pela liberdade e pela democracia, esgotou as suas energias da melhor forma que sabia: cantando as suas músicas e compondo poemas de resistência. Talvez, ninguém como ele, tivesse protestado de forma tão bela. Que bom seria não ser preciso protestar mais!

Num dia assim, acompanhei, com milhares de pessoas, o Zeca à sua últi-

ma morada, da forma que ele sempre mais desejou: cantando! Foi assim num dia, que morreu Zeca Afonso. É bom recordar que alguém viveu e cantou daquela maneira, transformando a melodia em arma de resistência, cuja voz continuará apaixonadamente a soar nos meus ouvidos, através da agulha riscando os discos que o lutador anti-fascista nos deixou, que será para sempre a voz de Abril.

O corpo do Zeca deixou-nos, mas a sua lembrança mantém-se na minha memória. Não há machado que corte a raiz ao pensamento.

José Maia  
Sócio 244

turo imediato, para que cheguemos a bom porto. Penso mesmo que já terá concluído que o salto se terá iniciado com o III Congresso Nacional, o seu ponto de partida, e que a sua afirmação de estar a ADFA em perigo é por ter consciência de que serão várias as opções das metas de chegada correspondendo, cada uma, a técnicas e estilos de saltos diferentes.

Se bem soube ler o que o Maia pretende dizer, utilizando linguagem com uma carga que não deixa dúvidas a ninguém, é que a ADFA, cada vez com melhor qualidade, terá que assumir o seu papel de defensora dos direitos legítimos dos deficientes militares e assumir as responsabilidades que, uma organização com os nossos objectivos e com a nossa história, tem perante todos os deficientes e perante a sociedade.

Porque assim entendi o Maia no seu artigo, disse estar em consonância. Não fosse a convivência de longos anos na actividade associativa; não fosse saber que o Maia tem especial respeito pelos que lutam, sem desfalecimentos, pelas suas ideias e que, democraticamente, aceitam que outras possam ser as opções que os sócios, nos lugares próprios, irão escolher; não fosse saber que só o preocupa o progresso da ADFA, o bem estar dos seus sócios, a melhoria

das condições de todos os deficientes, não fosse saber tudo isto, iria concluir que o Maia decretava no seu artigo, a falência de todas as instituições de deficientes portuguesas.

Quando o Maia diz que «os sócios, a grande maioria, deixaram-se prostituir pelo materialismo e esquecem por completo os seus deveres», quererá dizer que a ADFA ainda tem que desenvolver importantes esforços de sensibilização das instâncias competentes para as situações que consideramos ainda por solucionar. Refiro aqui o caso dos grandes deficientes, dos deficientes em África considerados em serviço, de muitos casos, ainda não determinados, de deficientes do foro psíquico, etc., etc.

Quando o Maia diz que «...os que, pela sua abnegação, espírito de sacrifício e carisma associativo se distinguiram no seio da ADFA. Alguns ainda cá andam! até quando?», quererá dizer nesta exclamação e nesta interrogação que está chegada a hora de reflexão e de um repensar da situação para aqueles que um dia assumiram a rutura com a ADFA e se foram! Até quando?... E está a dizer, também, que a ADFA anseia por eles e serão bem-vindos para a ajudarem a engrandecer.

Quando o Maia diz «a ADFA tem hoje fora de si

## ...do PORTO

Noronha continua o seu

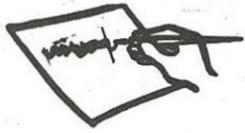
em mais dois artigos. Agora «o meu (dele) comentário».

### «CONTRIBUTO PARA DEBATE SOBRE A REVISÃO ESTATUTÁRIA»

#### O Meu Comentário — I

Vem publicado no «Elo» de Dezembro, um artigo do actual presidente da direcção de delegação de Coimbra, José Maia, que, embora seja propriamente uma opinião sobre a revisão estatutária, julgo merecer uma reflexão. Também nesta matéria quero deixar clara a minha opinião.

Assim, no que penso ter sido a motivação do Maia, e que só após várias leituras do seu artigo me pareceu ver claro, direi que estou em consonância. Parece-me que o Maia pretende alertar consciências menos prevenidas e até mesmo adormecidas. O seu grito de alerta dirige-se a todos os deficientes militares, aos actuais e ex-sócios da ADFA, e anunciará o seguinte: a ADFA tem que dar um salto qualitativo e todos seremos necessários para garantir o seu êxito; é preciso estar atento ao evoluir da ADFA, no fu-



# ESCREVEM OS SÓCIOS...



Tenho tentado discutir com vários sócios, ansioso encontrar nas suas opiniões os elementos que me faltam para ficar com as ideias mais claras quanto à resposta que procuro. Confesso que, por vezes, penso ter chegado a conclusões correctas mas, no momento seguinte, perante novos pormenores, tomo consciência de que novas dúvidas se me levantam e, não raras vezes, acontece que as pessoas com quem discuto terminam por encontrar dúvidas naquilo que, antes, tinha como certo.

Em conclusão: — o tema merece grande reflexão para que as posições que a ADFA venha a assumir não a descaracterizem.

Direi que a ADFA foi criada para congrega todos os cidadãos que durante a prestação do serviço militar ou em consequência deste ou, não sendo militares, estivessem a cumprir essa função, sofreram acidentes ou doenças que lhes provocaram uma diminuição permanente nas suas capacidades. Assumiu, também, a defesa dos direitos dos familiares que à data da morte do deficiente, ou militar, dele dependiam economicamente.

Verifica-se, pois, que foi o exercício da função militar e a sua ligação com a deficiência, que determinou a condição de sócio e a razão da existência a ADFA.

Passados quinze anos sobre a sua criação pode-se interrogar se se deve manter, alargar ou restringir a definição de quem pode ser sócio da ADFA.

Na minha opinião, continua válida a actual definição que os Estatutos consagram e que se enraíza nas origens da nossa Associação. Não vejo razões lógicas que me levem a defender novos conceitos para a condição de

sócio da ADFA, a não ser para a condição especial do sócio honorário a conceder, a título excepcional, a personalidades ou entidades que prestem relevantes serviços a favor dos objectivos consagrados estatutariamente.

Entendo, no entanto, que somente poderão interferir nas orientações e



nas acções da ADFA, os sócios que tenham tido a sua origem na Relação — Função Militar/Deficiência.

Tentar incluir outros sócios na base de outras origens ou outras definições será sempre descaracterizar a ADFA, por tal motivo, em risco a sua identidade e a sua motivação.

Devemos ser (e seremos) solidários com todas as organizações que tenham como objectivos a defesa de justos direitos E, muito especialmente com as que se posicionem no âmbito da deficiência e no âmbito militar.

Não devemos procurar a eficácia da nossa acção no alargamento do nosso âmbito associativo porque isso poderá diluir a nossa identidade podendo enfraquecer a força dos nossos objectivos ou, até mesmo, desvirtuá-los.

Em minha opinião, se o alargamento associativo se consumir, isso significará que a ADFA morreu, que do alargamento surgirá uma outra organização.

Disse.

Um abraço  
José Noronha

## ... de LISBOA

Uma importante chegada sobre algumas questões que se levantam quanto à aplicação, e efeitos, do disposto no Código do IRS nos é dada pelo sócio n.º 519, no seu artigo

### IRS — UM «CASO» A MERECER ATENÇÃO

A reforma empreendida pela Administração Fiscal, a partir de Janeiro de 1989, no sistema tributário português alterou, profundamente o esquema de relacionamento entre o contribuinte e o fisco, designada e especificamente, como referência às oito categorias a englobar, hoje, no IRS, que correspondem a outros tantos impostos parcelares no sistema fiscal anterior, cujos rendimentos eram, ao tempo, passíveis de tributação em sede de Imposto Complementar.

A responsabilidade declarativa, relativamente àquelas categorias, passou a ser exigível num único documento anual, e o sistema de retenções na fonte, verdadeiro esquema de pagamentos por conta, ou afasta o sujeito passivo da sua obrigação contributiva no ano seguinte àquele em que auferiu os rendimentos ou, no caso de liquidação por diferença, minorá significativamente o imposto a pagar.

Por outro lado, e em certo sentido, o sistema fiscal vigente, que incide sobre a totalidade dos rendimentos auferidos pelo agregado familiar, previne positivamente, no englobamento e liquidação, a situação de deficiência de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60%, de qualquer dos elementos da família.

A tributação específica para os deficientes, merece enquadramento no próprio articulado do Código do IRS e no Estatuto dos Benefícios Fiscais, designadamente no seu artigo 44, com incidência sobre os rendimentos de trabalho dependente e independente, categorias A e B, nas deduções ao rendimento global líquido e à colecta.

Debrucemo-nos, assim, sobre a legislação específica para deficientes, e na sua aplicação aos rendimentos de 1989, que no momento são objecto de liquidação por parte da Administração Fiscal:

— segundo o n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, são englobados para tributação, 50% dos rendimentos de trabalho das pessoas portadoras de deficiência, quer na categoria A quer na categoria B;

— por outro lado, e de harmonia com o n.º 3 do artigo 25.º do Código do IRS, a dedução específica àqueles rendimentos, corresponde a 65% dos mesmos, até ao limite máximo de 250 000\$00 e é elevável em 50% para pessoas portadoras de deficiência;

— abatem ao rendimento global líquido, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do referido Estatuto, a totalidade das despesas feitas com a educação e reabilitação pelos sujeitos passivos e dependentes deficientes, e a totalidade dos prémios de seguros de vida de que seja o deficiente o 1.º beneficiário;

— dispõe, ainda, o n.º 6 do artigo 80.º do CIRS, que as deduções à colecta, por parte dos sujeitos passivos e seus dependentes portadores de deficiência, será elevada em 50%.

Estabelecamos, conforme o exposto, um paralelismo entre a vulgar tributação em IRS e a específica para deficientes, com referência a rendimentos

de trabalho dependente, categoria A, auferidos durante o ano transacto. Iremos debruçar-nos sobre a situação de contribuintes não casados, contribuintes casados — 1 titular, considerando a não existência de filhos e os abatimentos mínimos ao rendimento global líquido, previstos no n.º 3 do artigo 55.º do CIRS:

— assim, e em primeira análise, constatamos que ficam afastados da tributação aqueles rendimentos auferidos por deficientes não casados cujo montante anual não ultrapasse 1 215 000\$00 e os recebidos por deficientes casados — 1 titular, que fiquem à quem de 1 363 400\$00. Confronte-se a situação com indivíduos sujeitos à tributação geral que em idênticas condições, auferindo iguais montantes, estão sujeitos ao pagamento em IRS, respectivamente, de 151 250\$00 e 155 280\$00;

— debrucemo-nos agora, com base nos condi-



cionalismos referidos e num vencimento anual de 2 000 000\$00, nas diferenças de tributação verificadas:

• deficiente não casado paga 68 000\$00 e o casado — 1 titular, pagará 55 040\$00, enquanto que o contribuinte sujeito à vulgar tributação paga, conforme o caso, 401 250\$00 e 333 010\$00.

Isto indica, por parte da Administração Central, o reconhecimento dos condicionalismos existentes, aos diversos níveis, no mercado de trabalho para as pessoas deficientes, com a consequente preocupação no aligeiramento da carga fiscal, refletindo o incentivo à inserção no sistema laboral e, num sentido mais lato, na sua integração social.

No entanto, no que às

pensões concerne (categoria H), já a reforma fiscal não salvaguardou, com iguais critérios, a tributação referente a deficientes, designadamente os portadores de maior grau de deficiência e, logicamente, os com menor capacidade, ou mesmo total impossibilidade, de trabalhar.

Sabendo-se que um deficiente das Forças Armadas com incapacidade de 100% recebe, para além do vencimento do seu posto, o subsídio de invalidez e o complemento suplementar de invalidez (3.ª pessoa) — e no montante destes complementos, se distingue a sua pensão da de um outro deficiente com menor grau de incapacidade —, observa-se que a tributação referente ao indivíduo em tais condições sofre um agravamento de muitas dezenas de contos à efectuada sobre os rendimentos de trabalho de igual montante de um deficiente com 60% de incapacidade.

Reflectamos, por outro lado, que se ao deficiente com 100% de incapacidade, invisual, tetra ou parapléxico, são atribuídos os mencionados complementos, é por lhe ser reconhecido pelos poderes um enorme agravamento de dificuldades, e consequentes necessidades na sua vivência diária, pelo que parece paradoxal que sejam esses mesmos subsídios a onerar significativamente a sua carga fiscal.

Finalizando, e porque só agora é possível ter a exacta dimensão deste problema, afigura-se que o mesmo merecia melhor atenção por parte da Administração Fiscal que, no entanto, e a nosso ver, equacionou correctamente os efeitos da tributação do IRS nos rendimentos de trabalho das pessoas deficientes.

C. M. P. M.  
Sócio n.º 519

# DESPORTO

Terminado o Torneio BAS-SINTRA, da organização das APD de Sintra e de Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal sintrense, e em que a equipa da ADFA alcançou um excelente 2.º lugar, várias outras acções se desenvolveram neste período, de

que destacaremos a participação do nosso seccionista, José Carlos Pavoeiro, num curso prático-teórico de juiz-árbitro de Boccia, organizado pela Direcção Provincial Inerser de Cáceres, que decorreu naquela cidade espanhola de 1 a 3 de Março, tendo obtido aproveitamento como «Juiz-árbitro ibérico de Boccia», as-

sim como numa «Acção de Formação Sobre Basquetebol - 2.º grau», da responsabilidade do Mo-



vimento Special Olympics Portugal e patrocinado pela APPACDM - Associação Portuguesa dos

Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Delegação de Coimbra, que se desenrolou de 9 a 11, na Tocha/Figueira da Foz.

Entretanto, no próximo mês, e para além do anunciado jogo preliminar de basquete/cadeira de rodas, para a mini-olimpíada da APD/Leiria, com o GDR «A Joanita», em 28ABR, uma equipa formada pelos nossos atletas António Botelho, Jorge Neto e José Pavoeiro, vai participar, no dia 22 ABR, pelas 10 horas, em Tróia, na meia-maratona em cadeira de rodas,

integrada nos VII Jogos Médicos Nacionais, prova já clássica no ainda tão fraco panorama nacional do desporto para deficientes.



Por outro lado, e para terminar a nossa página de hoje, a informação de

que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes — FPDD —, está a procurar, sob a égide da Federação Portuguesa de Basquetebol, organizar um quadro competitivo para os campeonatos regional e nacional, e também para a Taça, tendo já assente a realização de um curso de arbitragem, acções que perspectivam a possibilidade de uma futura selecção nacional, em vista aos campeonatos Europeu e Mundial, organizados pela respectiva Federação Internacional, entidade com quem já está em contacto regular.

# ACÇÃO SOCIAL DA ADFA

## — reforço e dinamização do apoio aos sócios —

### Direcção Central recebida pelo Director do HMP

No passado dia 14 deste mês, uma delegação da ADFA, composta pelo Presidente da Direcção Central, José Arruda, pelo responsável pelo

cientes, quanto a demoras e faltas de atenção em alguns serviços, o major Maurício, como responsável pelos assuntos sociais, reforçou a necessidade de

cretização do «gabinete do utente», que deseja fique muito próximo do seu para poder acompanhar e apoiar, mais de perto o respectivo trabalho. No

a nível de urgência e dentro das prioridades do próprio hospital, indo ser distribuída uma Circular interna a reforçar essa questão.

Passando-se, seguidamente, a tratar do problema da assistência médica e medicamentosa, a ADFA apresentou várias sugestões tendentes a facilitar alguns aspectos da mesma, designadamente a possibilidade de as receitas passadas pelos médicos da Associação serem equiparadas às dos serviços da saúde militares, de forma a serem compartilhados de igual modo (100% em vez de 75%), assim como o poderem ser aviadas em qualquer uma das dependências da Farmácia Militar, e não apenas na Estrela. Uma outra hipótese levantada, foi a de, através de um protocolo entre

os serviços militares e civis próprios, os deficientes militares poderem recorrer a determinadas consultas nos hospitais regionais, sem necessidade de se deslocarem sempre a Lisboa, facilitando, e desbloqueando até, o atendimento do HMP.

Sobre estas questões, o prof. dr. António Carrilho, embora mostrasse estar, genericamente, de acordo com elas, referiu que saindo bastante do seu âmbito, deveriam ser directamente contactadas, pela ADFA, as ADMs e as Direcções de Serviço de Saúde militares.

Entrando-se, depois, em troca de informações mais gerais, foi referida a problemática do «stress» de guerra, tendo o Presidente da DC prestado informação sobre o grupo de trabalho do Hospital

Júlio de Matos e sobre os contactos da ADFA com o dr. Afonso de Albuquerque e a sua equipa, assim como sobre o apoio que o dr. Proença, do HMP, presta à Associação no domínio da psiquiatria.

Em relação ao Lar Militar, foi salientado o ainda insuficiente aproveitamento das suas instalações e infra-estruturas e a necessidade de as rentibilizar, em termos de deficientes militares, tendo o brigadeiro médico António Carrilho prometido toda a atenção possível, nesse sentido.

A terminar a reunião, o Director do HMP foi informado sobre os preparativos da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, pelo que demonstrou enorme interesse.



DASC — Dep. de Actividades Sociais e Culturais, major Jorge Maurício e pela assistente social da Sede, Gracinda Benedito, foi recebida pelo Director do HMP, brigadeiro médico António Carrilho, tendo sido tratados vários assuntos de interesse, com especial destaque para o previsto serviço de atendimento aos deficientes militares, o qual tarda em ser concretizado.

Referindo alguma queixas de associados, nomeadamente de grandes defi-

existirem normas concretas para determinados casos, reconhecendo-se, no entanto, e perante uma observação do Director do HMP, que poderão existir sócios com comportamento menos aceitável, sendo, felizmente, excepções. De qualquer forma, irão ser averiguadas algumas das situações apontadas.

Prosseguindo-se, o prof. dr. António Carrilho reafirmou a sua compreensão e empenhamento na resolução e con-

entanto, estando em curso uma reorganização de outros sectores do HMP, a implementação deste atendimento especializado terá que ser feita em coordenação com a mesma, até para um correcto e melhor funcionamento. De qualquer maneira, logo que elaboradas as suas normas gerais, delas se dará conhecimento à Associação.

Quanto às consultas, já está determinada a sua abertura total aos deficientes militares, mesmo



Reunião no HMP vendo-se, da esquerda para a direita, assistente social, Presidente da DC e responsável da DASC, da ADFA e Director do HMP

### Deficientes militares — «casos» em jornal diário

Foram os serviços de secretaria e redacção do ELO alertados para duas notícias inseridas no «Correio da Manhã» de 28 de Fevereiro passado.

Uma, um artigo sobre um ex-combatente, com uma reforma de 18 contos, que vive num carro abandonado, em Lisboa, e refere ter sido ferido por mina, em Angola.

Outra, a publicação de uma carta de um leitor que se dizia deficiente militar, e sócio da ADFA, queixando-se da falta de apoios de vários organismos e da própria Associação.

Avisados os respectivos Departamentos da Sede, verificou-se que, no primeiro caso, o indivíduo em questão não consta nos nossos ficheiros, quer de sócios efectivos quer

de pendentes, enquanto que no segundo se trata, realmente de um sócio pendente.

Esclareça-se, no entanto, que quanto a Júlio de Assunção Juromonta, ainda não foi possível contactar com ele, mau grado os esforços feitos junto à esquadra da Polícia da zona, e aos vários recados deixados no parabrisas do seu carro/dormitório.

Quanto ao segundo caso, o de Manuel Eduardo Rocha da Silva, e consultado o seu Processo, constata-se que veio à ADFA em 1987, tendo apenas pago quotas nesse, havendo sido, logo na altura, feito o respectivo requerimento para ser presente à Junta.

A partir de então, não volta a haver qualquer

outro contacto com a Associação, até agora e por iniciativa dos nossos serviços, em face ao publicado no «Correio da Manhã». Vindo à Sede, a solicitação do DAJAS, informou ter sido, pela Junta médica militar, «apto para todo o serviço», já este ano, e que foi essa a razão que o levou a escrever a carta àquele matutino, visto ter um atestado civil que lhe dá 10% de incapacidade, factos de que, no entanto, nunca deu conhecimento à ADFA.

Neste momento, e regularizada a sua situação, reatados os contactos, acompanhado o seu caso quer pelo DAJAS quer pelo DASC (assistente social), já foi interposto recurso da decisão da Junta militar.

### ADFA/Sede reorganiza o seu serviço de assistência social

Considerada a necessidade de uma maior dinâmica do DASC, na parte que diz respeito, principalmente, à assistência e apoio social aos sócios e suas famílias, para um mais correcto encaminhamento de casos, o que passa por uma sua melhor articulação e coordenação com outros serviços e departamentos, foi decidido reorganizar tal sector, redimensionando-o e alargando o seu campo de acção, incumbindo agora à nova assistente social, Gracinda Benedito, uma tarefa dentro dos seguintes parâmetros.

— atendimento aos sócios e formandos dos cursos de Formação Profissional, e seus familiares,

no sentido de prestar apoio a nível de segurança social, trabalho, educação, saúde, habitação e outros problemas dentro da área;

— apoio, através da análise dos problemas apresentados e da detecção de necessidades, na procura da melhor solução para os mesmos, explorando, no possível, os próprios meios e potencialidades;

— apoio na resolução de problemas de adaptação e readaptação social provocados por causas quer de ordem social quer física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e/ou externos;

— estudo das soluções possíveis para cada problema (procura do equipamento social de que se poderá dispôr), fomentando decisões responsáveis;

— orientação para a realização de acções úteis à sociedade.

Os interessados em contactar o «Serviço Social» da ADFA poderão fazê-lo telefonicamente para a Associação (n.º 3 4 6 2 1 6 7 / 8 - ext. 44), para marcação prévia de atendimento, o qual, salvo casos de força maior, será prestado às 2.ª e 4.ª, das 14.30 às 17.30 horas, e às 3.ª e 5.ª feiras das 9.30 às 12.30 horas.

# ADFA

## nos sócios

### o HMP

os serviços militares e civis próprios, os deficientes militares poderem recorrer a determinadas consultas nos hospitais regionais, sem necessidade de se deslocarem sempre a Lisboa, facilitando, e desbloqueando até, o atendimento do HMP.

Sobre estas questões, o prof. dr. António Carrilho, embora mostrasse estar, genericamente, de acordo com elas, referiu que saindo bastante do seu âmbito, deveriam ser directamente contactadas, pela ADFA, as ADMs e as Direcções de Serviço de Saúde militares.

Entrando-se, depois, em troca de informações mais gerais, foi referida a problemática do «stress» de guerra, tendo o Presidente da DC prestado informação sobre o grupo de trabalho do Hospital

Júlio de Matos e sobre os contactos da ADFA com o dr. Afonso de Albuquerque e a sua equipa, assim como sobre o apoio que o dr. Proença, do HMP, presta à Associação no domínio da psiquiatria.

Em relação ao Lar Militar, foi salientado o ainda insuficiente aproveitamento das suas instalações e infra-estruturas e a necessidade de as rentibilizar, em termos de deficientes militares, tendo o brigadeiro médico António Carrilho prometido toda a atenção possível, nesse sentido.

A terminar a reunião, o Director do HMP foi informado sobre os preparativos da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, pelo que demonstrou enorme interesse.



À esquerda para a direita, assistente social, Presidente da DC e Director do HMP

## ADFA/Sede reorganiza

### serviço de assistência social

no sentido de prestar apoio a nível de segurança social, trabalho, educação, saúde, habitação e outros problemas dentro da área;

— apoio, através da análise dos problemas apresentados e da detecção de necessidades, na procura da melhor solução para os mesmos, explorando, no possível, os próprios meios e potencialidades;

— apoio na resolução de problemas de adaptação e readaptação social provocados por causas quer de ordem social quer física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e/ou externos;

— estudo das soluções possíveis para cada problema (procura do equipamento social de que se poderá dispôr), fomentando decisões responsáveis;

— orientação para a realização de acções úteis à sociedade.

Os interessados em contactar o «Serviço Social» da ADFA poderão fazê-lo telefonicamente para a Associação (n.º 3 4 6 2 1 6 7 /8 - ext. 44), para marcação prévia de atendimento, o qual, salvo casos de força maior, será prestado às 2.ª e 4.ª, das 14.30 às 17.30 horas, e às 3.ª e 5.ª feiras das 9.30 às 12.30 horas.



# da n

Conforme já informado em «Agenda», tomou posse do cargo de Secretário Nacional de Reabilitação, a dr.ª Guida Faria, pessoa muito ligada ao sector da reabilitação e da deficiência, nomeadamente como elemento responsável da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.

Na cerimónia, que decorreu no passado dia 23 de Fevereiro e a que assistiram, pela ADFA, os Presidentes e 2.º Secretário da Direcção Central, respectivamente José Aruda e Artur Vilares, importantes declarações foram feitas quer pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social quer pela nova Secretária Nacional.

O dr. Silva Peneda, após referir quer as obrigações constitucionais do Estado quer o papel fundamental das organizações de e para pessoas deficientes, todas envolvidas e interessadas, em conjunto e no âmbito do Conselho Nacional de Reabilitação, estrutura orgânica de primordial importância na acção e decisão do SNR, no definir das principais linhas estratégicas de orientação nacional, para a área, trabalho de que são resultado, já, a Lei de Bases de Prevenção e de Reabilitação e o Plano Orientador da Reabilitação, fez a análise de algumas medidas concretas tomadas mais recentemente, tanto no plano de actividade ocupacional, como no de prevenção e reabilitação, passando pela formação profissional e apoios no mercado de trabalho, dizendo, quase a terminar:

«Como afirmou no princípio, o Secretário Nacional de Reabilitação, embora exerça as suas actividades no sector público, deverá continuar a encontrar formas para, na medida das suas efectivas ca-

## Comissão Técnica

Com frequência regular, e sempre com a presença dos representantes da ADFA, têm reunido os vários «Grupos de Trabalho» que estudam a proposta de regulamentação da Lei 9/89 — «Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência» e que são (ELO/JAN90): «Saúde», «Educação», «Segurança Social», «Formação Profissional», «Transportes», «Habitação e



# Tomada de posse

# da nova Secretária Nacional

Conforme já informado em «Agenda», tomou posse do cargo de Secretário Nacional de Reabilitação, a dr.<sup>a</sup> Guida Faria, pessoa muito ligada ao sector da reabilitação e da deficiência, nomeadamente como elemento responsável da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.

Na cerimónia, que decorreu no passado dia 23 de Fevereiro e a que assistiram, pela ADFA, os Presidentes e 2.º Secretário da Direcção Central, respectivamente José Arruda e Artur Vilares, importantes declarações foram feitas quer pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social quer pela nova Secretária Nacional.

O dr. Silva Peneda, após referir quer as obrigações constitucionais do Estado quer o papel fundamental das organizações de e para pessoas deficientes, todas envolvidas e interessadas, em conjunto e no âmbito do Conselho Nacional de Reabilitação, estrutura orgânica de primordial importância na acção e decisão do SNR, no definir das principais linhas estratégicas de orientação nacional, para a área, trabalho de que são resultado, já, a Lei de Bases de Prevenção e de Reabilitação e o Plano Orientador da Reabilitação, fez a análise de algumas medidas concretas tomadas mais recentemente, tanto no plano de actividade ocupacional, como no de prevenção e reabilitação, passando pela formação profissional e apoios no mercado de trabalho, dizendo, quase a terminar:

«Como afirmei no princípio, o Secretário Nacional de Reabilitação, embora exerça as suas actividades no sector público, deverá continuar a encontrar formas para, na medida das suas efectivas ca-

pacidades, promover a igualdade de oportunidades entre a população deficiente e não deficiente, perspective de forma integrada os objectivos e as acções relacionadas com a prevenção quer da deficiência e a reabilitação, quer da prática e do trabalho desenvolvido pelos profissionais das várias áreas da reabilitação, estatais ou privadas.»

Finalmente, o ministro do Emprego fez a apresentação da empossada, cujo «currículo, mas sobretudo a sua forma de estar na vida, corresponde ao perfil exigente por nós definido. Daí que não tivesse havido a menor hesitação na escolha feita», não deixando de querer que ficassem registadas, também, palavras de público apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo anterior titular, dr. Fouto Pólvora.

Após agradecer não só as palavras do Ministro Silva Peneda como também o convite que lhe fora feito para ocupar o cargo de Secretária Nacional de Reabilitação, no que «pode V. Ex.<sup>a</sup> contar com a inteira disponibilidade com que irei colocar toda a minha energia e capacidade no desempenho das funções que agora me são cometidas, empenhamento e militância que tem caracterizado desde 1956 a minha vida profissional», a dr.<sup>a</sup> Guida Faria pronunciaria importante discurso, e do qual, por perspectivar já toda uma linha de pensamento e acção, destacamos os principais passos:

Mas a resolução dos problemas específicos destes grupos especiais e das suas famílias, atal que seja garantida a qualidade de vida a que têm direito, em Portugal, como em qualquer parte do Mundo, não depende apenas da vontade política ou do esforço isolado de alguns.

Passa essencialmente, pela capacidade de diálogo entre os interessados, suas famílias, técnicos do terreno e serviços, para que se possam inventariar as prioridades e otimizar os recursos.

Passa, do mesmo modo, pela capacidade da sociedade civil entender o desafio da modernidade, no sentido do crescimento, da riqueza e do progresso e não se perder no confronto de outros interesses e modelos, arriscando a perda dos seus próprios valores e da sua identidade.

É urgente sensibilizar, informar e formar o conhecimento das pessoas comuns para a adopção de conceitos e atitudes sociais actuais, acentuadamente tónicos no respeito das pessoas, na partilha

económico, afinal a chave para o progresso e para o desenvolvimento.

As questões que se colocam perante cada indivíduo com necessidades especiais e perante cada uma das suas famílias, exigem uma intervenção multiprofissional e envolvente de todos os sectores da vida activa de um país.

É inegável o direito que tem cada uma destas pessoas e cada uma destas famílias, à sua resposta.

Mas para tal, é necessário o estabelecimento articulado dos circuitos que a promovem de forma que o atendimento seja adequado, em tempo próprio e progressivamente alargado, de acordo com as necessidades elegíveis e as capacidades possíveis da realidade nacional.



das oportunidades, na aceitação de todos, para a integração de cada um, na sua própria comunidade.

A solidariedade no final do Séc. XX não pode ter nada a ver, com a piedosa misericórdia dos fins do Séc. XIX.

Hoje, como sempre, a solidariedade tem custos humanos e financeiros mas que terão de ser equacionados permanentemente no binómio fundamental do social e do

E para que se consiga ultrapassar os níveis actuais de respostas, reconhecidamente insuficientes, assimétricas e com custos elevados morais e financeiros, para valores aceitáveis na dimensão humana e económica que o assunto exige, teremos de assumir em conjunto, beneficiários, familiares, técnicos, decisores políticos e sociedade civil, todo o problema na sua ampli-

tude máxima e na co-responsabilidade do seu enquadramento.

Circuitos de informação e de articulação de recursos, inovação na criação de respostas e na dinamização e envolvimento dos sectores são, no nosso ponto de vista, prioridade que exigem coordenação e planeamento, atribuições da responsabilidade do SNR.

No entanto, o SNR terá de actuar como facilitador do encontro dos vários intervenientes neste processo e animador da participação de todos, fundamentalmente das associações de e para deficientes e das associações de famílias, parceiros indissociáveis quando libertos de compromissos ideológicos e dos limites do seu individualismo, para assumirem a globalidade do problema, no sentido do colectivo e no contexto social, económico e cultural do nosso País.

Os movimentos associativos têm, assim, um papel extraordinário, acrescido de serem exemplos vivos de voluntariado social, outra das vertentes que constituirá uma das nossas grandes preocupações.

Como todos sabemos, as grandes associações de acção social foram fundadas por voluntários e familiares.

Em Portugal, como noutros países, as mudanças sociais introduziram novos estilos de vida e novos quadros de necessidades, aparentemente redutores de acção do voluntariado.

Mas a verdade é que o voluntariado é uma figura imprescindível porque actua na complementariedade, representando a garantia do sentido humano e da continuidade dos valores da sociedade em qualquer país e em qualquer época.

É preciso retomar o caminho, dignificando voluntariado pela atribuição do espaço próprio da sua intervenção e pela valorização dessa contribuição no desenvolvimento equilibrado da sociedade.

E caberá aqui referir a importância que a juventude pode ter se soubermos orientar o seu potencial criativo, a sua doação sem dividendos para esse trabalho que será como que uma aposta no futuro, no caminho da descoberta das suas capacidades individuais e colectivas para a construção de uma sociedade plural e humanizada.

A terminar, e depois de agradecer a presença dos que se quiseram associar a este acto, representantes não só de serviços oficiais como também de organizações de e para pessoas deficientes, deixou uma mensagem ao Ministro da tutela, como elemento do Governo, já do próprio Secretariado Nacional de Reabilitação.

Os problemas das pessoas em desvantagem social, seja qual for a sua origem, podem ser analisados nos quadros das suas necessidades e elaboradas propostas concertadas para cada um e para todos, mas a resposta total não pode ser da exclusiva responsabilidade da Segurança Social ou do Emprego.

São problemas de Habitação, de Transporte, de Comunicação Social e, sobretudo, de Educação e de Saúde.

E em todos estes Ministérios não podem ser considerados de menor prioridade ou interesse porque correspondem a uma faixa da população que, embora apresente necessidades especiais tem direito ao respeito, à dignidade, à oportunidade, afinal têm o direito de ser também portugueses.

## CNR Comissão Técnica para a regulamentação da Lei de Bases

Com frequência regular, e sempre com a presença dos representantes da ADFA, têm reunido os vários «Grupos de Trabalho» que estudam a proposta de regulamentação da Lei 9/89 — «Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência» e que são (ELO/JAN90): «Saúde», «Educação», «Segurança Social», «Formação Profissional», «Transportes», «Habitação e

Urbanismo», «Fiscalidade» e «Cultura, Desporto e Recreação».

A propósito e a fim de que os sócios não façam confusão sobre o que possam julgar ser uma duplicação de «Comissões de Reabilitação» na ADFA, esclarece-se que, embora exista uma representação alargada junto da Comissão Técnica do Conselho Nacional de Reabilitação, e cuja composição foi noticiada no ELO de Ja-

neiro p. p., representação essa temporária e destinada apenas a esse trabalho, a Associação, conforme orientação já do III Congresso, criou a sua própria e específica «Comissão de Reabilitação», no âmbito de estudo e dinamização internos, a qual tomou posse durante o Conselho Nacional de 10 de Fevereiro (ver notícia noutro local deste ELO), sendo, logicamente, alguns elementos comuns aos dois grupos.

## SNR Secretária Nacional reúne com associações de e para deficientes

A fim de ouvir as associações de e para deficientes que integram o Conselho Nacional de Reabilitação, com vista a analisar e estudar propostas sobre o funcionamento não só deste órgão como também do próprio secretariado Nacional, antes de começar a responder aos inúmeros pedidos de au-

diência que já lhe foram dirigidos, a nova Secretária Nacional de Reabilitação, dr.<sup>a</sup> Guida Faria, reuniu, no passado dia 22 deste mês com os representantes dessas organizações.

No encontro, onde estiveram pela Direcção Central da ADFA os seus presidentes e 1.º secretá-

rio, respectivamente associados José Arruda e Manuel Patuleia Mendes, foram abordadas várias questões que se prendem com as estruturas e objectivos quer do SNR quer do CNR, no sentido de uma cada vez melhor coordenação de esforços entre todos os organismos envolvidos.

# DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA

«Relatório de actividades» referente ao ano de 1989

Com o fim da sua apresentação à Assembleia-Geral Nacional de 31 de Março de 1990, a Direcção Central elaborou um extenso relatório do seu trabalho ao longo do ano de 1989, o qual, por ocupar 15 páginas dactilografadas não poderia ser integralmente transcrito no «ELO».

No entanto, e para uma necessária informação aos sócios, nomeadamente aos que não venham àquela reunião, vamos tentar resumir-lo, no possível começando por lhe dar conta do que se escreve numa espécie de preâmbulo e que é, pode-se dizer, um espelho ou reflexo da acção realizada:

«Tentaremos elaborar um Relatório que, além de ser para conhecimento dos sócios, seja um elemento de divulgação da ADFA, um valioso meio de dar a conhecer às várias entidades oficiais, civis e militares, a nossa realidade. Hoje, no início da década de noventa, é cada vez mais imperioso informar, porque informar é reivindicar e é isso que pretendemos fazer de forma clara e objectiva, para transmitirmos o trabalho desenvolvido no ano findo.

## 1989 — 15.º Aniversário da ADFA

Este ano marcou um período de alto significado associativo para a ADFA! Da realização do III Congresso Nacional, em 14 e 15 de Janeiro, à celebração do nosso aniversário, de onde se destaca o lançamento da primeira pedra para a construção da Nova Sede nacional, do acto eleitoral de 15 de Junho para os Órgãos Centrais Regionais e Locais, ao permanente e consequente trabalho na área legislativa, bem como o esforço desencadeado e desenvolvido para que um Centro de Formação e Reabilitação Profissional, no Porto, seja, em breve, uma realidade.

Tais realizações objectivam uma actividade interna de grande participação associativa, demonstradora de uma ADFA coesa, viva, consciente e participada, elemento referencial que se revela e divulga, como

«Organização Não Governamental» permanentemente responsável.

A actividade externa caracterizou-se por um forte impulso de acções que visaram chamar a atenção do Estado para a solução dos nossos problemas, assim como sensibilizar a sociedade, através de uma postura que reclamamos de inovadora, sempre firme e actuante, assumindo-nos como sujeitos activos do processo de reabilitação dos deficientes militares, em particular, e das pessoas deficientes, em geral. Assim, iremos começar a desenvolver o Relatório nas várias vertentes da nossa acção: ...»

Entrando-se no «relatório» propriamente dito, começam-se por analisar as actividades a nível interno (I), de que destacam:

### 1. III Congresso

Referindo este acontecimento como um corolário de todo um trabalho desenvolvido em 1988, e já que ele decorreu logo em Janeiro de 1989, a DC realça o apoio e interesse que lhe foram prestados por tantas entidades oficiais, civis e militares, desde a Presidência da República e a Assembleia da República, ao Governo, passando pelas diversas chefias das Forças Armadas, para além de muitas «Organizações Não Governamentais», dizendo a certa altura:

«Sob o tema «Participando Construimos o Futuro», base para a nossa reflexão, apelou-se com insistência à massa associativa para que com a sua militância e empenhamento, as «conclusões» do Congresso tivessem uma aplicação e desenvolvimento, com a urgência que tais matérias exigem.»

### 2. Sede Nacional

Fazendo um historial do desenvolvimento que teve o processo da nova sede, a começar pelo acto de cedência do terreno, na cerimónia de cumprimentos nos Paços do Conselho de Lisboa, aquando do III Congresso, e prosseguindo com o «lançamento da 1.ª

pedra», por ocasião do 15.º aniversário da ADFA, a abertura de concurso para a 1.ª fase de construção e encerrando-se com referência à «campanha de fundos» entre os sócios, a DC não esquece de mencionar todos os contactos havidos, as audiências concedidas e os apoios recebidos e prometidos.

«Reputamos de decisiva a nossa actuação! A construção da Sede deve ser entendida com um vértice importante e do mais alto significado das acções levadas a efeito durante o ano de 1989.»

### 3. Apoio Social

«Considerando esta área como essencial...», menciona o Relatório as propostas feitas para criação de um serviço de atendimento específico para deficientes militares no HMP, devendo ser, posteriormente, alargado aos hospitais dos outros Ramos.

«Por outro lado, o decorrer dos anos, o agravamento das deficiências e, quantas vezes, a alteração da situação familiar e profissional, exigem uma urgente prevenção e resolução de situações que, dia a dia, aumentam e tornam penosa a vida de muitos de nós.»

E desta observação se parte para referir a actual acção quanto ao Lar Militar, na qualidade da Associação de elemento e uma sua «Comissão Técnica», assim como da aceitação quer dos serviços médicos da sede quer das consultas de «stress» de guerra, por parte dos sócios e dos seus familiares.

### 4. Formação Profissional

Analisando a grande implementação que a nível nacional, designadamente pelo aumento significativo de verbas do Fundo Social Europeu, a Formação Profissional tem sofrido, e realçando o apoio que à ADFA tem prestado o Instituto do Emprego e Formação Profissional MESS, enumeram-se os cursos que foram ministrados em Lisboa e no Porto, lamentando-se que apenas a falta de instalações em espaço físico adequado não permita um seu alargamento e desenvol-

ADFA CONSOLIDADO

## Balanco analítico

Exercício de 1989

Código das contas	ACTIVO	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	PASSIVO	Passivo e situação líquida
11	Disponibilidades:				211	Débitos a curto prazo:	
12	Caixa			2.249.882\$10	219	Cientes c/c	433.462\$00
	Depósitos à ordem			12.004.454\$80	221 - 228	Adiantamentos de clientes	
				14.254.336\$90	223	Fornecedores, c/ gerais	2.471.647\$20
	Créditos a curto prazo:					Fornecedores, c/ letras e outros títulos a pagar	
14	Depósitos a prazo			13.726.261\$00	235	Empréstimos bancários	
211+216+218	Cientes, c/ gerais	8.341.304\$00	541.184\$80	7.800.119\$20	236	Empréstimos de sócios	
213	Cientes, c/ letras e outros títulos a receber				237	Empréstimos de associadas	780.000\$00
221	Fornecedores, c/c			212.255\$80	239	Outros empréstimos obtidos	
229	Adiantamentos a fornecedores			2.359.640\$30	24	Sector público estatal	1.211.295\$00
231+233+234	Empréstimos a associadas						
24	Outros empréstimos concedidos						
	Sector público estatal						
26	Outros devedores			16.101.193\$20	262	Cred. fornec. imob., c/ letras e outr. tit. a pagar	
				40.199.469\$50	263 a 269	Outros credores, c/ gerais	13.025.221\$00
	Existências:				28	Provisões para impostos sobre os lucros	
32	Mercadorias	1.156.694\$30			292	Provisões para riscos e encargos	161.691\$00
33	Produtos acabados e semiacabados						
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
35	Produtos e trabalhos em curso	2.374.419\$00					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.552.445\$70					
37	Embalagens comerciais retornáveis						
		13.083.559\$00	433.361\$00	12.650.198\$00			18.083.316\$20
	Créditos a médio e longo prazo:				27	Proveitos antecipados:	
						Receitas antecipadas	201.000\$00
						Total do passivo	18.284.316\$20
	Imobilizações financeiras:					SITUAÇÃO LÍQUIDA	
411	Participações de capital em associadas				51	Capital e prestações suplementares:	
412	Participações de capital noutras empresas				52/54	Capital adquirido	
413					53		
415 a 418	Obrigações e outros títulos			21.100.410\$00		Reservas:	
419	Outras imobilizações financeiras				551	Reserva geral	47.371.278\$40
				21.100.410\$00	552	Reserva para investimentos	
	Imobilizações corpóreas:				553	Reserva para fins sociais	
421	Terenos e recursos naturais				556	Reserva legal	
422	Edifícios e outras construções				557	Reservas reinvestidas	
423	Equip. básicos e outras máquinas e instalações				559	Reservas estatutárias	
424	Ferramentas e utensílios				561	Reservas especiais - Subsídios de equipamento	
425	Material de carga e transporte				562 a 569	Outras reservas especiais	
426	Equip. admin. e social e mobiliário diverso				57	Reserva de reavaliação de imobilizações	
427	Taras e vasilhame				58	Reservas livres	
429	Outras imobilizações corpóreas	41.793.725\$30	18.083.654\$50	23.710.070\$80		Resultados transitados:	
					591	Exercícios anteriores	53.372.709\$30
	Imobilizações incorpóreas:				592	Exercícios de	
431	Trespases				88	Resultados líquidos:	
432	Propriedade ind. outros direitos e contratos				81	Resultados correntes do exercício	
433	Gastos de instalação e expansão				82		
439	Outras imobilizações incorpóreas				83	Resultados de exercício anteriores	
					28	Resultados antes dos impostos	
	Imobilizações em curso:					Provisões para impostos sobre os lucros	9.728.934\$60
441+442	Obras em curso			15.669.057\$50		Resultados líquidos depois dos impostos	
449	Imobilizações, c/ adiantamentos				89	Dividendos antecipados	
				15.669.057\$50			
	Custos antecipados:					Total da situação líquida	110.472.922\$30
27	Despesas antecipadas			1.173.694\$50		Total do passivo e da situação líquida	128.757.237\$70
471	Conservação pluriénal						
472 a 479	Outros custos pluriénais						
				1.173.694\$50			
	Total de provisões						
	Total de amortiz. e reintegrações						
	Total do activo			128.757.237\$70			

# ELO CULTURAL

vimento, tendo sido dispendidos, apesar de tudo, cerca de cem mil contos na concretização do realizado.

## 5. Organização e Pessoal

Considerando a necessidade de se criar uma estrutura moderna e funcional, refere-se o início do respectivo estudo/reforma.

## 6. Serviços

Com 309 novos sócios efectivos e 142 pendentes, os diversos Serviços e Departamentos têm sentido um enorme aumento de afluência de sócios, muito em especial o DAJAS (apoio jurídico e contencioso), donde um extraordinário acréscimo de requerimentos, recursos, exposições, pareceres e outros documentos, envolvendo inúmeros contactos com diversas Chefias, Repartições e Serviços, quer militares quer civis.

## 7. Delegações e Núcleos

De uma forma sucinta se apresentam as actividades das 11 Delegações e seus Núcleos, procurando-se destacar a melhoria de instalações e consequentes atendimentos aos associados e famílias, as acções internas nos campos social, cultural e desportivo e as relações com várias entidades, nomeadamente as autarquias, as associações de e para pessoas com deficiência e instituição militar.

De realçar a participação, no âmbito CEE, nos diversos Projecto Distrito, onde eles existem.

## 8. Tipografia-Escola

Reconhecido que as solicitações do mercado e a formação Profissional exigiam um esforço substancial no sentido de uma modernização de meios, tal foi decidido como um assumir de mais um desafio, dadas as verbas envolvidas, tendo o novo equipamento sido já montado em princípios de 1990.

Estudam-se agora os contactos a fazer com vista à concessão de subsídios.

Passando depois o «Relatório» para as áreas de actividade externa (II), subdivide estas em:

### 1 Nacional

#### a) Defesa Nacional

As questões legislativas são talvez, as que mais justificaram os inúmeros contactos havidos com a Secretaria de Estado da Defesa Nacional, nomeadamente as que referem o «Estatuto do Deficiente Militar», o «estatuto da Aposentação», grandes deficientes em serviço, prazos de Juntas, assim como as propostas levadas à reunião da FMAC, em Bad-Ischl, sendo tão grandes e complexos todos estes assuntos que por Despacho próprio, dentro do previsto na nova Lei Orgânica do MDN, se criou um «gabinete» de assessoria jurídica específico.

#### b) Secretariado Nacional de Reabilitação

Continuando a defender uma maior autonomia para o serviço que presta este organismo, com a sua elevação a Secretaria de Estado, pelo menos, a ADFA participou activamente nas reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação e das quais emanou grande parte da filosofia que veio a ser incluída na Lei de Bases de Reabilitação e, espera-se, venha a ser na sua consequente regulamentação.

### 2 Internacional

#### a) FMAC

Com presença quer na 13.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (31 MARÇO/2 ABRIL-RFA) quer na Conferência de Malta (1-6 DEZ), a ADFA participou em alguns dos mais importantes encontros que a FMAC organizou em 1989, estando empenhado activamente nos seus trabalhos, sendo de destacar o que, nesta última reunião, tratou das implicações e eventuais consequências para os Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, de países da CEE, da entrada em vigor do «Acto Único Europeu».

#### b) I Conferência de antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique

Historiando um anseio já antigo da ADFA, reforçado e despoletado aquando do III Congresso, refere-se o início do projecto, os incentivos, apoios e estímulos sempre recebidos, quer por parte da própria massa associativa quer pelas mais diversas entidades civis e militares.

Quase a terminar, e no seu capítulo sobre informação (III), o «Relatório» refere a atenção que pela Comunicação Social, designadamente a RTP e a Antena 1, foi dada aos mais significativos acontecimentos ligados à Associação, com destaque, naturalmente, para o III Congresso e para a cerimónia de «lançamento da primeira pedra» da nova Sede.

Uma análise mais profunda sobre o papel que o ELO desempenha, não só na ligação associativa como também ao exterior, aproveita para mencionar as nossas relações privilegiadas com a restante Imprensa militar.

Para finalizar, e em Conclusões (IV), a Direcção Central, para além de descrever, digamos, a «ideia» que orientou o seu «Relatório de Actividades 89», observando que toda a acção é fruto comum que vem desde os dirigentes de 14 de Maio de 1974, deixa uma palavra de reconhecimento à participação, empenhamento e dedicação da massa associativa.

Na tentativa de uma maior diversificação de temas e espaços, abrimos, neste ELO, um lugar de cultura, esta entendida mais como uma manifestação de prazer e recreação do que de mero exercício intelectual, desde já se pedindo aos leitores colaboração directa, pelo envio quer de trabalhos escritos, quer de fotografias ou desenhos, quer de simples notícias.

E abrimos, com o Presidente da Associação Portuguesa de Maximafilia, coronel médico da Força Aérea (R) António Cabral Rego, colaborador habitual das revistas «Mais Alto» e «Boina Verde», com um interessante artigo sobre um tipo de colecção pouco conhecido, pelo menos em Portugal, e também com a notícia de uma exposição que se repete, regularmente, no Centro Social de Oeiras/FA.

## MAXIMAFILIA — COLECCIONISMO ATRACTIVO

António Cabral Rego

Maximafilia é uma palavra ignorada pela maioria dos portugueses, não vem nos dicionários e somente alguns de nós estão familiarizados com este termo. Contudo é das modalidades filatélicas que nos últimos anos tem tido maior expansão. Maximafilia significa a arte de coleccionar postais-máximos e deriva da palavra francesa «maximaphilie».

O postal-máximo é uma peça filatélica constituída por três elementos: o selo, o postal ilustrado e a obliteração. É uma colecção filatélica visto que é o selo que irá dar lugar à procura de um bom postal e logo a seguir uma obliteração que seja concordante.

Estes três elementos do postal-máximo (P.M.), tendo o selo sido colado sobre a face ilustrada do postal e obliterado por uma marca dos CTT, devem apresentar entre si o máximo de concordância satisfazendo determinadas condições. São estas condições, com regras precisas, que conferem ao P. M. um real valor filaté-



lico, o distinguem dos falsos, dos P. M. que de máximos só têm o nome, como os postais de 1.º dia, postais recordação, postais analógicos, etc.

O selo deve ter poder de franquia à data da realização e estar em perfeito estado, isto é, deve ser novo.

O postal ilustrado deve encontrar-se no comércio ou reproduzir um documento anterior à emissão do selo. As suas dimensões devem estar conforme as leis das Administrações Postais, não podem reproduzir a maquete do selo, nem são admitidas as colagens e montagens.

A obliteração deve ser efectuada com uma marca postal que indique qual a repartição postal encarregue da sua obliteração, bem como a data. Esta deve ser legível e aplicada, sempre que possível, integralmente sobre a face ilustrada do postal apanhando o menos possível o selo e nunca inutilizando a taxa ou franquia.

No postal só deve figurar um único selo: havendo várias taxas com o mesmo desenho, deverá

para evitar que a correspondência fosse multada.

Alguns coleccionadores começaram a notar que aparecia um ou outro com a ilustração idêntica ao selo e que eram coleccionados de modo diferente e assim os primeiros P.M. apareceram por acaso, mas foi só a partir da década de 1930 que apareceu a palavra maximafilia (amigo do máximo).

As opiniões são divergentes quanto aos períodos em que a sua história se pode dividir. O período anterior a 1930 agrupa os precursores; de 1930 a 1940 o período clássico; de 1940 a 1945 o período semimoderno e o de 1945 aos nossos dias o período moderno. Contudo, realçamos que é difícil marcar datas fixas.

Como ilustração do que se escreveu, o postal-máximo executado a partir do selo de 3,70 F.F. emitido pelos correios franceses chamando à atenção do público para a necessidade de se respeitar o acesso e o estacionamento aos diminuídos físicos.

Embora seja difícil transmitir uma mensagem numa superfície tão pequena como a do selo, este satisfaz completamente a finalidade para que foi criado. O carimbo 1.º dia Lyon transmite a mesma mensagem com uma imagem muito dinâmica e o postal suporte com o sinal internacional do estacionamento reservado aos diminuídos físicos, completa, de maneira perfeita, a mensagem.

É pena que esta imagem seja tão-pouco frequente em Portugal.

Na continuação, em artigos a publicar, iremos pormenorizando todos os elementos construtivos do postal-máximo, suas regras, etc.

## EXPOSIÇÃO DE PINTURA

Como em anos anteriores, **Valdemar Coelho das Neves** leva a efeito uma exposição de pintura, e diversos trabalhos em estanho, de 7 a 22 de

Abril, no Centro Social de Oeiras das Forças Armadas (na Rua do Liceu), e para a qual tem o prazer de convidar os sócios da ADFA.



### Nota da Redacção

Muito embora tenha sido acrescido de mais quatro páginas este ELO, muitos artigos e notícias tiveram ainda que ficar de fora, nomeadamente o «noticiário vário» (com referência, entre outros, à UCNOD, à Liga Portuguesa dos Deficientes Motores e à ANACED), a «Correspondência» e a última parte da entrevista com o casal Dami e José Gonçalves Pereira (atenção, em Abril aos que passaram por Hamburgo!), para o que pedimos a melhor compreensão dos nossos leitores e associados.

# O Centro de Reabilitação ADFA/Porto em notícia

O Centro de Reabilitação foi um projecto lançado fundamental e prioritariamente para apoiar os sócios da ADFA nas áreas não cobertas pelo apoio tradicional da Associação.

Por falta de informação capaz, tem-se constatado uma utilização desses apoios de forma escassa, porque o Centro é normalmente muito falado mas os sócios, por vezes, ficam sem saber muito bem como utilizá-lo.

No sentido de suprir a lacuna informativa existente, vai surgir no ELO de cada mês um

espaço com o título em epígrafe, visando levar a máxima informação aos sócios.

Para além de um folheto a ser enviado, contendo indicações concretas e objectivas, ficam para já algumas indicações quanto aos serviços disponíveis e às pessoas a contactar.

- Apoio Social, inscrições para a formação profissional e outras informações gerais — Assistente Social Maria Paula Tel: 02/82 40 55

• Reabilitação funcional (prótese, consultas etc.) D. Helena Soeiro Tel: 02/82 07 19

• Consulta Psicológica — Dr. Gilberto Sousa Tel: 02/82 40 55.

• Promoção de emprego — Dr. Teixeira Sousa Tel: 02/82 40 55

• Sugestões, críticas e aspectos institucionais — Dr. Jerónimo de Sousa Tel: 02/82 52 42

Entretanto, e a acompanhar toda a documentação que hoje se publica, o Centro de Reabilitação enviou o seu «Relatório de Actividades», no qual, como «Introdução» refere os vários condicionalismos a que se encontra sujeito, não só por «insuficiência e inadequação de instalações, como também por impossibilidade de dispôr dos recursos humanos mínimos necessários e em moldes consentâneos, levando a uma precariedade do vínculo laboral admitido como único possível, gerador de uma situação de perfeita inadequação entre os recursos existentes e os indiscutivelmente necessários, o que se pode constatar pelo seguinte quadro, o qual deve ser analisado em função de todo o Relatório:

N.º de profissionais .....	29
N.º de profissionais com contrato a prazo .....	6
N.º de profissionais em regime de avença .....	15
N.º de profissionais em tempo completo .....	14
N.º de profissionais em tempo parcial .....	15

Apesar de tudo, e embora desenvolvimentos técnicos e de projectos tenham sido, como é óbvio, limitados por tais condicionalismos, foi prestado um conjun-



to vasto de serviços com grau de qualidade muito bom, só possível pelo excelente trabalho dos profissionais que, com paciência e dedicação, foram ultrapassando tantas barreiras.

Na realidade, pelo mesmo documento, pode-se ver que o programa «Acção Social», por exemplo, atendeu cerca de 150 situações, com realização de entrevistas a utentes e familiares, contactos domiciliários e reuniões com outros técnicos, enquanto que o programa de «Avaliação/Orientação» apoiou cerca de 100 pessoas, com as quais desenvolveu trabalho específico na avaliação dos potenciais físico-funcional, psicológico, social e pedagógico, para além de prestar apoio na definição de um projecto profissional e informação das hipóteses de realização do mesmo.

Entretanto, o programa de «Reabilitação Funcional» — deu 197 consultas de Medicina Física e Reabilitação, 60 de Clínica Geral, sendo em número de 35 os utentes de Fisioterapia e de 21 os de Terapia Ocupacional, enquanto a produção da oficina ortoprotésica foi de 13 próteses novas para membros superiores (e 61 reparações), 95 para membros inferiores (132 rep.) e 34 ortóteses (5 rep.).

Por seu lado, o programa de «Reabilitação Profissional», com 6 cursos (operador de escritório electrónico, reparador de aparelhos eléctricos, manutenção mecânica, carpinteiro/marceneiro, utilizador de micro-informática e serviços administrativos, os dois últimos em período post-laboral), foram frequentados por 68 formandos, tendo ainda 25 do ano de 1988 realizado um estágio complementar de formação em postos de trabalho.

Infelizmente, e dados os circunstancialismos referidos, a promoção de emprego não foi desenvolvida de forma sistemática, mas sim com a intervenção de vários profissionais, sempre que necessário, o que permitiu o apoio possível.

De assinalar que o Centro participou no Projecto Distrito do Porto, assim como no grupo de trabalho da Freguesia de Ramalde para o levantamento da população deficiente local.

Para terminar, a esperança de que em breve, e fruto de passos decisivos dados em 89, a resolução de todas, ou da maior parte, das dificuldades referidas seja conseguida através da assinatura de um acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a transferência provisória para novas instalações.

## PROGRAMA DE READAPTAÇÃO AO TRABALHO

A experiência dos três anos em que o Centro promoveu acções de Formação Profissional conduziu a duas conclusões importantes:

— é difícil aos sócios residentes em locais distantes ter acesso às acções de formação, uma vez que teriam de percorrer diariamente longas distâncias ou passar a residir temporariamente no Porto com todos os inconvenientes que tal acarreta:

— os programas de Formação Profissional existentes não serão acessíveis a bastantes dos nossos sócios que, embora querendo ter uma ocupação útil e remunerada, não têm já disponibilidade para integrar grupos de aprendizagem, uma vez que estão «já velhos para isso», como dizem por vezes.

Nestas circunstâncias havia que criar um sistema que favorecesse o acesso ao emprego desses sócios, tendo em conta as circunstâncias referidas.

Assim, foi planeada, para iniciar em Junho do corrente ano, uma acção de readaptação ao trabalho com as seguintes características:

- destinatários: deficientes desempregados de longa duração (há mais de 6 meses).
- duração: 18 meses, a iniciar em 1 de Junho de 1990.
- tipo de acção: estágio em empresa ou serviço, à escolha do candidato, após um período inicial de preparação a decorrer no Centro com a duração de 3 semanas.

— apoios do Centro:

- bolsa mensal igual a 70% do salário mínimo nacional;
- subsídio de transporte, igual ao custo do passe mensal;
- alojamento durante o período de permanência no Centro.

Concluindo, os sócios que estejam desempregados, residentes não importa onde, poderão fazer um estágio numa empresa ou serviço arranjada por si, na área da sua residência, sem qualquer encargo para o próprio ou para a empresa, uma vez que o Centro se responsabiliza pelos apoios financeiros referidos. Claro que o objectivo é que os empresários, ao verem o trabalho prestado pelos estagiários, se decidam a integrá-los como trabalhadores. Como é óbvio tudo dependerá fundamentalmente do estagiário!



## PAPEL DAS DELEGAÇÕES

Para a implementação deste programa o Centro irá solicitar o apoio das Delegações, nomeadamente daquelas que se disponibilizarem para tal. O seu papel será importante quer na fase de preparação quer depois para o acompanhamento do estágio.

As Delegações que estiverem disponíveis e interessadas nesta cooperação ficam desde já convidadas para uma reunião no Centro no dia 7 de Abril próximo, sendo os encargos resultantes dessa reunião suportados pelo Centro (apenas 1 pessoa por Delegação).

Os interessados deverão comunicá-lo para o Director do Centro a fim de lhe serem dadas desde logo mais informações.

Nesta fase, os sócios eventualmente interessados poderão obter mais informações directamente junto do DIRECTOR DO CENTRO pelo telefone 02/82 52 42.

## CONSULTAS MÉDICAS E FISIOTERAPIA GRATUITAS NO CENTRO

Ao abrigo do acordo com as A.D.M.E o Centro irá disponibilizar um conjunto de consultas médicas e tratamentos de fisioterapia para os sócios da A.D.F.A., gratuitas, isto é, sem que os mesmos tenham de suportar qualquer encargo.

A partir de Abril, estarão disponíveis:

- consulta de clínica geral
- consulta de fisioterapia
- tratamento de fisioterapia

A curto prazo serão montadas outras consultas, nomeadamente *psiquiatria*, o que se comunicará a seu tempo.

As marcações serão feitas pela funcionária que secretaria a equipa de Reabilitação Funcional do Centro, D. Helena Soeiro, pelo telefone 02/82 07 19.

## CURSO DE OPERADOR DE INFORMÁTICA — Post-Laboral

Com o objectivo de proporcionar oportunidade de reciclagem ou de qualificação profissional a deficientes empregados, foi apresentado ao I.E.F.P. um projecto para o curso referido, o qual terá início em Abril próximo.

Decorrerá em horário post-laboral e pretende formar operadores de computador utilizando programas correntes nas empresas.

Os sócios eventualmente interessados deverão contactar com urgência a Assistente Social do Centro, pelo telefone 02/82 40 55, junto de quem farão a sua pré-inscrição.

## CENTRO DE REABILITAÇÃO Admissão de Pessoal

- 1 — Fisioterapeuta
- 2 — Formadores de informática
- 3 — Motorista (com carta de serviços públicos)

Resposta dirigida ao Director do Centro, R. Pedro Hispano 1105 — 4200 PORTO, no prazo de 5 dias após a saída do jornal.

## DEFANORTE ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Nos termos do art. 30.º dos Estatutos da DEFANORTE — Cooperativa de Construção e Habitação Económica, CRL, convoco a Assembleia Geral dos Cooperantes para reunir ordinariamente, no dia 7 de Abril de 1990, pelas 14,30 horas, na sua Sede, sita à Rua Pedro Hispano, n.º 1105 — Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação e Votação do Balanço, do Relatório e das Contas da Direcção, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;
- 2 — Informações sobre hipóteses e possibilidades de dar continuidade à existência da Cooperativa.

Cumprindo o determinado no art. 33.º dos Estatutos, a Assembleia reunirá com qualquer número de cooperantes, meia hora depois, se na hora prevista não estiverem presentes mais de metade dos cooperantes com direito a voto.

Porto, 21 de Março de 1990

O PRESIDENTE DA MESA  
(ANTÓNIO REIS DOS SANTOS)

## DELEGAÇÕES

### COIMBRA

#### Reunião na Câmara Municipal

Cumprindo o programa de actividades para o ano em curso, a Direcção da Delegação, através dos seus Presidente e Tesoureiro, reuniu com o Vereador do pelouro de Acção Social da Câmara Municipal de Coimbra. Foram abordados diversos pontos previamente agendados. A representação da ADFA explanou detalhadamente as actividades da Associação, sensibilizando o autarca para a necessidade do apoio do Município. A acção social, o desporto, as barreiras arquitectónicas foram os temas abordados em maior profundidade.

No campo da acção social, foram dados os primeiros passos para que, a muito breve prazo, a Delegação venha a usufruir dos serviços de uma assistente social, funcionária da CMC. Em relação ao desporto, em conjunto com os pelouros do Desporto e Tempos Livres e da Cultura, para o efeito já contactados, foi solicitado o apoio à Secção de Pesca. Foi também pedida a ajuda à possível comemoração do XV aniversário da ADFA/Coimbra, que incluirá iniciativas de índole associativa, desportiva, cultural e recreativa. A questão das instalações da ADFA também foi abordada, havendo sérias hipóteses de se conseguirem novas instalações na Baixa da cidade, um amplo e funcional rés-do-chão, mais adequado a uma associação de deficientes. Este assunto será em breve levado a reunião com os órgãos competentes da ADFA, a nível nacional.

Tendo marcado novo encontro, desta vez na ADFA, o mesmo viria a realizar-se no dia 3 de Março, com a presença da Chefe de Divisão do Departamento de Acção Social da CMC e uma assistente do mesmo serviço, e dos associados José Maia e José Martins, respectivamente presidente e tesoureiro da DD.

Foram discutidos assuntos relacionados com associados, funcionários da CMC, iniciando-se conversações para estabelecimento de um protocolo entre a ADFA e a Câmara, no que diz respeito ao acesso de deficientes militares nos quadros da autarquia.

A ADFA manifestou apreensão pelo facto de se continuarem a construir edifícios sem os necessários acessos a pessoas deficientes, tendo sido chamada a atenção

para as placas de publicidade que infestam os passeios das ruas, em total desrespeito para com os cidadãos e, principalmente, para com os invisuais. A ADFA mostrou o seu regozijo pela edificação de rampas no edifício central dos Correios e no Teatro Académico de Gil Vicente.

#### Visita a detido

Acedendo ao pedido de um dos serviços da sede da ADFA, o Presidente da Direcção da Delegação, acompanhado do Presidente da AGD, Dr. José Guerra, deslocou-se à Penitenciária de Coimbra, onde estabeleceu contactos com o Director e uma assistente social daquele estabelecimento prisional, tendo como objectivo o apoio ao recluso Agostinho Ferreira, a cumprir oito anos de prisão, com processo pendente na Delegação.

#### Projecto Distrito

Em Fevereiro, a Delegação participou em reuniões conjuntas com as associações de deficientes de Coimbra, sinistrados no trabalho, deficientes renais e delegações locais da APD e da UCNOD, tendo sido abordados assuntos de interesse geral e aspectos relacionados com o Projecto Distrito.

#### Pesca Desportiva

Iniciou-se a nova época de pesca desportiva federada, tendo a equipa da ADFA participado nas duas primeiras provas. O atleta da ADFA, António Gaspar, foi convocado para integrar a selecção da Associação Regional das Beiras, no Torneio Inter-Associações, realizado em Tomar, em 10 e 11 de Março/90. Para a ADFA, esta convocação justifica natural satisfação, pois reflecte o nível desportivo do atleta, mas também a possibilidade de, mais uma vez, o nome da ADFA ficar ligado a uma iniciativa de grande projecção nacional.

#### ADFA/Coimbra na Comunicação Social

Conforme já apontado em Fevereiro, o «Diário de Coimbra» de 14.2.90, dedica um extenso espaço (toda a sua página 4) às actividades da Delegação, sob o título «Associação de Coimbra contribui para integração dos deficientes».

Começando por traçar um breve historial da ADFA, geral, e da Delegação, referindo depois os grandes objectivos da instituição, o articulista, em conversa com o Presidente da DD e com Rocha Macedo, associado que integra a equipa téc-

nica desportiva, desenvolve a acção que a Associação tem em várias áreas de actividade social e cultural, já que, como diz José Maia, «criou e desenvolveu alguns serviços especializados, através dos quais presta directamente apoio aos deficientes das Forças Armadas, no domínio da reabilitação e integração social».

Destaque merece, ao jornalista, a dinâmica conferida à prática de pesca desportiva de rio, sector onde a ADFA/Coimbra, quer colectiva, quer individualmente, apresenta excelente palmarés, em provas nacionais e internacionais, organizando, ela mesma, os seus Concurso Nacional e Concurso para Deficientes.

A terminar o artigo, escreve-se:

«...a ADFA tem contribuído fortemente para que os deficientes se integrem na vida como qualquer cidadão, estimulando as comunidades, sensibilizando e tentando juntar boas-vontades.»

Por outro lado, no passado dia 12 de Março, o Presidente da Direcção da Delegação concedeu várias entrevistas para a rádio.

Por exemplo, na Rádio Renascença, em 90 FM, durante 7 minutos, traçou uma panorâmica geral sobre o que é a ADFA, os deveres do Estado para com os deficientes militares e fez uma análise sobre a Delegação de Coimbra.

Na Rádio Terra Nova, DE Aveiro, durante 15 minutos, o representante da ADFA esteve em directo da sede da Associação, respondendo às questões do entrevistador e também do jornalista de serviço na estação emissora.

Foi um programa importante, pois trata-se de uma região onde existem muitos associados nossos.

Outras intervenções estão marcadas para breve, em diversas rádios locais da zona Centro, esperando-se que na altura possam ser devidamente anunciadas no ELO.

#### Outras notícias

Mais uma vez chamamos a atenção dos sócios que poderão entregar, na Delegação, os documentos para participação da ADME, não devendo

os mesmos ultrapassar o período de 30 dias. As quotas de 1990 estão a pagamento, devendo todos os associados ter consciência das suas obrigações estatutárias. Muitos sócios têm débitos de vários anos, o que dificulta a prestação dos serviços.

Esperamos a compreensão de todos.

### FARO

Conforme convocatória publicada no ELO de Janeiro passado, realizou-se em 23.2.90, a assembleia geral ordinária da Delegação, tendo o Relatório de Actividades e Contas da respectiva Direcção sido aprovado por unanimidade.

### PONTA

#### DELGADA

#### A ADFA em terras do Tio Sam

Durante a segunda quinzena de Novembro do ano transacto, deslocou-se aos EUA uma delegação da ADFA/Açores, composta pelos Presidente e Tesoureiro da Direcção da Delegação, respectivamente, Jaime Leite Domingues e Manuel Pereira de Medeiros, assim como do Director do Centro de Reabilitação e Formação da ADFA/Porto, associado Jerónimo de Sousa, visita de que agora recebemos o relatório.

Com o fim de, «in loco», acompanhar as estruturas congéneres e similares, a Delegação da ADFA deslocou-se a várias localidades de grande implantação da colónia açoreana, nomeadamente New Bedford e Fall River, tendo sido recebida por várias entidades e concedido entrevistas a alguns órgãos da Comunicação Social local.

Pela importância do acontecimento, pelo estudo que foi feito sobre os apoios que são prestados aos veteranos americanos e pelos contactos havidos, ELO reserva-se para Abril um maior desenvolvimento do assunto, até como texto de apoio à I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique que se realiza no mês seguinte.

#### Nota importante:

A Redacção do ELO torna a chamar a atenção dos responsáveis das Delegações e dos Núcleos, assim como dos sócios e leitores em geral, para a necessidade de serem enviadas notícias da actividade associativa, sem o que o nosso noticiário, salvo honrosas excepções, continuará limitado, correndo-se depois o risco de o ELO, sem culpa nenhuma, ser considerado demasiado centralista.

## AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	866 049\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 095 949\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	961 551\$00	1 255 949\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 211 149\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 266 949\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 311 949\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 371 949\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 482\$00	1 496 949\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 561 948\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 671 948\$00
AX GT 5 PORTAS	1 181 986\$00	1 741 949\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 681 919\$00
BX 11P1	1 174 630\$00	1 576 949\$00
BX 11P2	1 210 617\$00	1 619 054\$00
BX 14 RE P1	1 301 544\$00	1 881 949\$00
BX 16 TRS P1	1 481 390\$00	2 460 159\$00
BX 16 TRS TRS P2	1 541 595\$00	2 530 598\$00
BX 16 TRS P3	1 721 095\$00	2 740 613\$00
BX 16 RS P1 (BREAK EVASION)	1 567 971\$00	2 561 458\$00
BX 16 RS P2 (BREAK EVASION)	1 696 681\$00	2 712 499\$00
BX 16 GTI	2 115 399\$00	3 201 949\$00
<b>DIESEL</b>		
AX 14 RD 5P	1 113 375\$00	1 662 142\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 090 469\$00	1 282 178\$00
BX 19 TRD P1	1 707 823\$00	4 322 486\$00
BX 19 TRD P2	1 871 796\$00	4 514 335\$00
BX 19 TRD P3	2 102 004\$00	4 783 678\$00
BX TRD TURBO	1 972 585\$00	4 466 773\$00
BX 19 RD (EVASION) P1	1 727 299\$00	4 345 274\$00
BX 19 RD (Evasion) P2	1 856 351\$00	4 496 264\$00
C 15 D (FOURGON)	1 273 085\$00	1 495 839\$00
C 25 1400 (STANDARD)	1 795 745\$00	2 107 351\$00
C 25 D 1800 GV	2 038 394\$00	2 391 250\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h, às 14 h, através dos Telef. 346 21 67 e 859 50 16 após as 19 horas. A. PINTO.

Outras informações: horas de expediente

## Viaturas OPEL

MODELO CORSA	PREÇO BASE	P. V. P.
GT 1.4 3P	1 197 500\$00	1 807 078\$00
SW 1.0S 3P	883 700\$00	1 195 911\$00
SW 1.2ST 2P	961 500\$00	1 384 889\$00
SW 1.2ST 4P	1 015 400\$00	1 447 952\$00
SW 1.2ST 3P	947 800\$00	1 368 860\$00
SW 1.2ST 5P	994 000\$00	1 422 914\$00
GL 1.2ST 3P	1 006 000\$00	1 436 954\$00
GL 1.2ST 4P	1 054 700\$00	1 493 933\$00
GL 1.2ST 3P Super	1 057 200\$00	1 496 858\$00
GL 1.2ST 4P Super	1 105 900\$00	1 553 837\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 088 800\$00	1 533 830\$00
<b>MODELO CORSA DIESEL</b>		
SW 1.5D 4P	1 234 800\$00	1 935 854\$00
SW 1.5D 5P	1 227 100\$00	1 926 845\$00
GT 1.5TD 3P Turbo	1 482 000\$00	2 225 078\$00
<b>MODELO KADETT</b>		
LS 1.2SC 3P	1 199 700\$00	1 663 583\$00
LS 1.2SC 5P	1 251 290\$00	1 723 944\$00
LS 1.4NC 3P	1 279 350\$00	1 902 843\$00
LS 1.4NC 4P	1 353 670\$00	1 989 797\$00
LS 1.4NC 5P	1 340 570\$00	1 974 470\$00
GL 1.4NC 3P	1 352 650\$00	1 988 604\$00
GL 1.4NC 4P	1 433 330\$00	2 082 999\$00
GL 1.4NC 5P	1 407 020\$00	2 052 216\$00
GL 1.6S 4P	1 881 120\$00	2 957 978\$00
GT 1.6SV 3P	1 852 930\$00	2 924 996\$00
<b>MODELO KADETT DIESEL</b>		
LS 1.7DA 4P	1 535 090\$00	2 599 665\$00
GL 1.5TD 4P Turbo	2 280 100\$00	3 158 855\$00
<b>MODELO KADETT CARAVANS</b>		
LS 1.4 NV 5P	1 504 160\$00	2 165 870\$00
GL 1.4 NV 5P	1 774 030\$00	2 481 618\$00
GL 1.6 S 5P	1 980 030\$00	3 073 703\$00
<b>MODELO KADETT CARAVANS DIESEL</b>		
LS 1.7DA 5P	1 629 670\$00	2 710 324\$00
<b>MODELO VECTRA</b>		
GL 1.4 4P	1 773 300\$00	2 480 764\$00
GL 1.4 5P	1 822 350\$00	2 538 153\$00
GLS 1.6 4P	1 991 940\$00	3 087 637\$00
GLS 1.6 5P	2 041 800\$00	3 145 973\$00
GT 2.0 5P	2 837 280\$00	5 778 684\$00
CD 2.0 4P	2 873 900\$00	5 821 529\$00
<b>MODELO VECTRA DIESEL</b>		
GL 1.7D 4P	2 163 070\$00	3 334 402\$00
GL 1.7D 4P (metalizado)	2 208 070\$00	3 387 052\$00
<b>MODELO OMEGA</b>		
GL 1.8 4P	2 942 400\$00	5 655 881\$00
GLS 2.0 4P	3 078 500\$00	6 060 911\$00
<b>CARAVANS</b>		
GL 1.8i 5P	2 974 900\$00	5 693 906\$00
GLS 2.0i 5P	3 259 800\$00	6 273 032\$00
<b>MODELO DIESEL</b>		
LS 2.3D	2 903 100\$00	7 919 667\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17.300\$00 e 44.700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 3462167/8 e 8595016, após as 19h30. A Pinto.

Outras informações: horas de expediente.

# NOVA SEDE

## PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Dois factos ocorreram, neste período, de grande importância para a concretização do desafio da construção da nova Sede nacional, que pensamos poder considerar, ao contrário talvez de alguns, de igual valor, já que são reflexo quer da vontade associativa quer da vontade governamental, ambas empenhadas, em correcto entendimento, em, dignificando os deficientes das Forças Armadas, dignificar o próprio país.

Referimo-nos, em ordem cronológica, à tomada de posse da «Comissão Nacional de Angariação de Fundos» e à assinatura do «Protocolo de Cooperação» entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, do que em outras notícias neste ELO se dão mais informações.

Mas se sobre a «Comissão de Angariação de Fundos» se dá conta dos nomes no relato que se faz do Conselho Nacional de 10 deste mês, já dos seus «Objectivos» não se fala aí, pelo que aqui os vamos transcrever, na parte que nos parece de maior interesse:

### PRINCÍPIOS GERAIS

A obtenção duma Sede própria constituiu, sempre, para a ADFA, um objectivo importante, desde o momento em que fomos autorizados a permanecer no Palácio da Independência, até que se encontrasse uma solução definitiva que correspondesse aos parâmetros de dignidade e funcionalidade devidos aos deficientes das Forças Armadas, no plano moral e material, que a sua situação específica envolve

Após várias tentativas que envolveram processos complexos, nos quais a ADFA se empenhou sem reservas, só no passado ano, foi possível reunir as condições efectivas para se encontrar uma solução definitiva para a Sede nacional da nossa Associação.

De facto, a atribuição por parte da Câmara Municipal de Lisboa, em 13 de Janeiro de 1989, do terreno sito no gaveto formado pelas Avenidas Rainha D. Amélia e Padre Cruz, muito perto do Lar Militar, constituiu a pedra base para concitar os apoios do Governo, sendo-nos sempre, nomeadamente via Ministério da Defesa Nacional, manifestada vontade política para se avançar neste projecto.

Num curto espaço de tempo, foi elaborado o projecto de arquitectura geral que mereceu, de imediato, a aprovação e a adesão entusiástica de todos os associados e de entidades civis e militares, por se tratar dum projecto moderno, totalmente adaptado para qualquer tipo de deficiência e com resposta espacial para as actividades que a ADFA desenvolve nas áreas social, administrativa, de formação profissional e de lazer.

A nova Sede está concebida para se constituir num pólo dinâmico aberto à comunidade, passando a ser mais um equipamento social que, embora situado em Lisboa, tem dimensão nacional como plataforma de apoio a todos os deficientes militares que, por motivo da sua deficiência ou outros, se deslocam à capital.

A localização, perto do Lar Militar, é fundamental para, a médio prazo, podermos, de acordo com o Despacho 46/89-12MAI89 do Secretário de Estado da Defesa Nacional, colaborar na revitalização de tão importante estrutura médico/social, criada para apoiar os deficientes das Forças Armadas oriundos da guerra colonial e que continua a ser imprescindível, tanto no presente como no futuro próximo, se tivermos em atenção o agravamento das deficiências e o precoce desenraizamento social e familiar de muitos de nós.

A nova Sede e o Lar Militar, constituirão assim uma unidade de apoio multidisciplinar, em colaboração com os hospitais militares e outras estruturas sociais.

Por ter já sido apelidado de — «Casa da Paz» — a nova Sede será, igualmente, a sala de visitas dos antigos combatentes e vítimas de guerra de todo o Mundo que no âmbito da Federação Mundial de Antigos Combatentes, nos visitem ou participem em reuniões organizadas no nosso país.

Na cooperação com as associações de veteranos e deficientes dos «Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa», PALOPS — a nova Sede, será um meio da Paz e da Amizade entre os nossos países e, fundamental para desenvolvermos acções concretas que reforcem os caminhos da Paz e da Amizade entre os nossos países e, fundamentalmente, entre aqueles que por razões históricas e políticas lutaram em trincheiras diferentes e hoje dão as mãos, fraterna e solidariamente.

Construir, hoje, a nova Sede, constitui para a ADFA um desafio tão importante como o que assumimos em 14 de Maio de 1974 e que, como o primeiro, vamos ganhar como prova da capacidade e determinação dos deficientes das Forças Armadas, no esforço da reabilitação e integração plena na sociedade portuguesa.»

E antes de passarmos à relação de contribuições deste mês — e que teve o descaramento de ainda perguntar «os 3 mil contos quando?» —, uma observação/rectificação.

É que temos que pedir compreensão aos nossos sócios por alguns erros que aparecem nas listagens, com troca de números e alteração de nomes, já que se torna quase impossível detectá-los, a não ser que os



confira linha por linha, por se apresentarem como cifras e apelidos perfeitamente normais.

Assim, por exemplo, no último ELO, o sócio 9353 (e não 9352, como publicado), foi chamado Garcia em vez de Gouveia e o sócio 5089 foi apelidado de Machadi por Martinho.

As nossas desculpas por estes, e outros lapsos, agradecendo que nos comuniquem quaisquer outros que, entretanto, se verifiquem.

Transporte (FEV90) ..... 2 510 158\$00  
SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<b>(Sede)</b>		
7 908	Francisco C. M. Almeida	10 000\$00
59	Amadeu Marques	10 000\$00
84	António P. Nunes	10 000\$00
1 051	Hélio P. Santos	10 000\$00
10 719	Luís R. C. Moreira	10 000\$00
7 306	José M. S. Gonçalves	10 000\$00
4 695	Mário G. Grácio	10 000\$00
2 213	Américo A. Rosário	10 000\$00
4 699	Camrudim Ibraimo	10 000\$00
6 633	Artur M. N. Paixão	5 000\$00
10 062	António Conceição	2 000\$00
2 341	João A. Alves	3 000\$00
8 429	Fernando M. C. Henriques	5 000\$00
10 841	Augusto F. Luz	5 000\$00
6 737	Armando Loureiro	1 000\$00
7 847	Abílio N. Roque	5 000\$00
9 937	Eduardo J. S. M. Cabral	2 000\$00
X	Anónimo (relativamente)	5 000\$00
6 735	João M. Ferreira	3 000\$00
6 454	Manuel F. Carreira	3 000\$00
11 534	Luís A. Machado	5 000\$00
2 172	Raúl J. A. Gervásio	3 000\$00
8 401	Adriano M. Santos	1 000\$00
7 752	João R. Martins	1 000\$00
9 227	Manuel G. Caseiro	1 000\$00
11 184	António C. S. Serra	2 000\$00
431	António A. Alves	3 000\$00
529	João C. V. Furtado	3 000\$00
893	José L. S. Almeida	3 000\$00
7 945	Francisco M. L. Chaves	3 000\$00
10 831	António A. S. Pereira	2 000\$00
6 684	Delfim S. Roriz	5 000\$00
6 668	António M. A. Loureiro	1 000\$00
11 259	Manuel F. S. Almeida	1 000\$00
1 880	Francisco B. Jacinto	1 000\$00
8 283	António F. Luz	5 000\$00
10 651	Domingos Paulo	5 080\$00
350	Algassimo Jaló	2 000\$00
4 838	Carlos D. L. Simões	5 000\$00
11 115	Armando A. G. Rodrigues	2 000\$00
8 469	Rafael P. Silva	3 000\$00
8 473	Hermínio A. Rainho	5 000\$00
1 139	Amândio S. Antunes	1 000\$00
11 187	António J. F. Ferrão	1 000\$00
103	João J. Valério	3 000\$00
7 328	José M. A. Costa	3 000\$00
12 098	José C. V. Rosado	1 000\$00
731	Américo S. Carvalho	5 000\$00
2 008	José M. V. Simão	2 000\$00
2 244	Almiro T. Matos	1 000\$00
294	Luís J. Carapuço	2 000\$00
1 385	Adelino S. Jorge	1 000\$00
4 393	Nélson A. F. Azevedo	2 000\$00
1 558	Abeilardo A. Afonso	1 000\$00

### (Castelo Branco)

8 794	António G. Alves	1 000\$00
5 231	Joaquim M. Almeida	3 000\$00
7 478	Manuel T. Saraiva	6 000\$00
38	Antero Cunha	5 000\$00
2 162	Joaquim L. Amaro	10 000\$00
9 087	Adelino N. Carreiro	1 000\$00
3 904	José J. Martins	2 000\$00
6 290	Arménio S. B. Correia	5 000\$00
7 282	José M. N. Costa	2 000\$00

### (Coimbra)

3 174	Fernando M. Pedroso	3 000\$00
3 238	Alfredo P. Santos	1 000\$00
3 282	Manuel A. D. M. Caetano	1 000\$00
11 467	José G. Dias	1 000\$00
10 208	Bartolomeu Castro	5 000\$00
6 197	António Martins	1 000\$00
5 522	Gilberto P. Gaspar	5 000\$00
6 198	Artur P. Rodrigues	1 000\$00
6 269	Manuel F. Q. S. Lucas	10 000\$00
7 116	Carlos A. F. Vargas	1 000\$00
6 965	António A. Rodrigues	1 000\$00
9 832	António R. Silva	5 000\$00
9 968	José A. T. Calinas	1 000\$00
8 424	Manuel S. R. Júnior	5 000\$00
9 032	Dilermando M. G. Pereira	5 000\$00
11 747	Alberto S. Tavares	2 000\$00
8 927	Abílio F. Tavares	1 000\$00
11 324	Altino L. Brites	3 000\$00
11 356	António M. Pereira	2 000\$00

### (Évora)

7 024	Francisco J. R. Caldeira	1 000\$00
7 739	Francisco J. G. Faia	3 000\$00
8 779	José P. Silva	3 000\$00
8 030	Manuel S. Tomé	2 000\$00
9 580	Joaquim G. S. Soudo	2 000\$00
929	António M. P. Barroso	1 000\$00
1 848	Lucílio H. S. Rosa	1 000\$00

### (Faro)

7 035	Serafim V. Guerreiro	5 000\$00
9 098	Jorge M. D. Silva	2 000\$00
10 854	Jorge C. Soares	5 000\$00
3 266	José J. Serafim	1 000\$00
1 182	Manuel C. Gonçalves	1 000\$00
11 854	José S. J. Sousa	1 000\$00

### (Funchal)

10 483	José A. Gonçalves	2 000\$00
11 252	Manuel M. L. Silva	1 000\$00
3 357	João F. Santos	2 000\$00
5 647	José E. Correia	2 000\$00
8 437	João M. Moço	2 000\$00
5 897	Carlos S. S. Abreu	8 000\$00
3 691	João N. Freitas	10 000\$00

### (Porto)

4 349	Jaime P. Pinheiro	5 000\$00
1 383	Albino F. O. Duarte	10 000\$00
4 350	Alfredo A. Araújo	2 000\$00
6 059	Armindo M. Coutinho	2 600\$00
5 718	Hernâni D. C. Leites	2 600\$00
7 982	Júlio R. Moreira	1 000\$00
8 234	Manuel J. O. Silva	1 000\$00
1 393	Bernardo C. Lemos	5 000\$00
10 371	Domingos L. R. Silva	25 000\$00
10 783	Joaquim F. R. Branco	1 000\$00
2 852	Reinaldo R. S. Ferreira	10 000\$00
641	Manuel L. Sousa	2 000\$00
5 320	Bonifácio R. Ramos	5 000\$00
1 663	Manuel A. Luís	2 000\$00
3 659	Manuel D. Ferreira	2 000\$00
3 684	José A. A. Costa	2 000\$00

### (Setúbal)

646	José M. Raminhos	10 000\$00
4 629	José N. A. Mourão	1 000\$00
5 116	Luís F. Costa	1 000\$00
9 266	Estevão J. M. Carvalho	10 000\$00
3 214	João F. Amorim	5 000\$00
11 532	Artur V. Silva	1 000\$00
2 948	António A. Parreira	5 000\$00

### (Vila Nova de Famalicão)

6 816	Francisco A. F. L. Fernandes	10 000\$00
3 765	António M. R. Guimarães	10 000\$00
7 045	José V. Pereira	4 000\$00

### (Viseu/Guarda)

7 032	Hélder M. Freire	1 000\$00
4 379	Carlos A. C. Abrantes	1 000\$00
11 512	José R. L. C. Almeida	1 000\$00
2 233	José M. Palos	1 000\$00
301	António P. Barbosa	500\$00
4 312	António M. Igreja	5 000\$00
8 548	Manuel G. Facundo	1 000\$00
4 227	Eduardo L. Loureiro	1 000\$00
6 088	Mário A. Pires	2 000\$00
4 887	José Fonseca	2 000\$00

### N/SÓCIOS

	NOME	QUANTIA
(Sede)	E.N.G.	1 000\$00
A transporte (MAR90)		3 019 938\$00

# VI Colóquio da Imprensa Militar

Jornal do EXÉRCITO

Continuação

No segundo dia de trabalhos foi conferencista o jornalista Eduardo Costa que, entre outras funções e cargos na área da Comunicação Social, é administrador do jornal «Correio de Azeméis», um dos «casos» de maior destaque na nossa Imprensa regional, pela evolução e dinâmica que lhe têm sido inculcidas.

Na sua intervenção, o orador, aproveitando o tema «A evolução da Comunicação Social escrita», realçou a cada vez maior importância da Imprensa especializada e da Imprensa regional, desde que evidentemente adaptadas às novas tecnologias e aos novos desafios, frisando que, ao contrário do que muitos pensam, os «pequenos» (entre aspas) periódicos regionais e locais, têm um papel bem definido e cada vez mais solicitado, na necessária descentralização sociopolítico-cultural do País.

Após um período de perguntas e respostas, seguiu-se uma conferência sobre «A Comunicação Social e a Defesa Nacional», em que o coronel Silva Carvalho, da revista «Nação e Defesa», abordou o contributo fundamental que a Comunicação Social dá (ou devia dar), às questões de Defesa, nas suas várias vertentes, civis e militares, nomeadamente através de uma informação mais aprofundada sobre o papel das suas Forças Armadas e dos variados campos de acção que ultrapassam, principalmente em tempo de Paz, o mero

exercício militar», alargando-se a apoios directos a populações e autarquias, a missões de socorro e salvamento, a recuperação e preservação de monumentos, etc.

Questionando-se, a propósito, se esse tipo de contributo, e apoio, ou a falta dele, é assunto que

deixa apenas respeito ao IV Poder, a assistência envolveu-se, seguidamente em animado debate, o qual foi, afinal, a passagem natural para o ponto seguinte do programa que era «A posição das revistas militares perante os ataques à Instituição Militar veiculados pelos órgãos de Comunicação So-

cial», tema esse proposto pela «Revista da Armada» e que foi introduzido pelo c/almirante Malheiro do Vale.

Para encerrar a sessão, foram apresentadas várias propostas de redacção para as «Conclusões» do VI Colóquio, tendo ficado reunida uma Comissão

para dar forma definitiva às mesmas, após se ter chegado ao necessário consenso.

O último dia deste encontro da Imprensa militar teve duas partes, embora ambas envolvidas pelo mesmo ambiente «jornalístico».

Assim, a sessão de encerramento do VI Coló-

quio, presidida pelo CEME, general Firmino Miguel, contou com a participação do director do «Diário de Notícias», jornalista Dinis de Abreu, o qual dissertou sobre «A Imprensa em Portugal — o desafio dos anos 90», focando não só a experiência e perspecti-

va — passado, presente e futuro —, do seu próprio jornal, como também traçando um panorama realista dos «media» portugueses, face aos grandes desafios actuais, nomeadamente a integração europeia.

Seguidamente, e após breves palavras pelo director do «Jornal do Exército», foram lidas as «Conclusões» do VI Colóquio da Imprensa Militar, e que se transcrevem:

«Das intervenções dos participantes neste VI Colóquio da Imprensa Militar e do debate que as mesmas suscitaram, chegou-se às seguintes conclusões:

1 — A Imprensa Militar tem cumprido os seus objectivos, de acordo com as missões que lhe têm sido superiormente determinadas, no seu espaço e público próprios, que constituem a razão fundamental da sua existência, não obstante as carências e limitações funcionais com que se debate.

2 — A Imprensa Militar sente necessidade de acompanhar a realidade dos novos tempos, devendo para tanto dispor de meios humanos adequados, recorrendo ao concurso de profissionais competentes no âmbito da Comunicação Social e à formação de militares nesta área, mediante a frequência de cursos superiores apropriados. Esta acção deve ser acompanhada com a introdução de meios técnicos mais evoluídos e conjugada com a reestruturação dos Serviços de Relações Públicas Militares com vista à obtenção de uma melhor qualidade de informação sobre todos os assuntos que digam respeito à Instituição Militar.

3 — Verifica-se a necessidade de fazer projectar a influência da informação militar e a verdadeira imagem das Forças Armadas junto da opinião pública nacional.

Esta objectivo poderá ser conseguido pela criação de um órgão em que toda a Imprensa Militar colaborasse, e que integrasse também profissionais civis, desde que esse fosse o sentir da hierarquia militar.

Esse órgão teria uma intervenção activa no meio civil a nível da Imprensa escrita, nacional e regional, ou de outros meios de Comunicação Social que chegassem ao grande público, complementando a acção da Imprensa Militar.

4 — Mantém-se, na generalidade, as conclusões dos colóquios anteriores, salientando-se a necessidade de rever a legislação que limita aos militares a possibilidade de escreverem nas revistas militares e na Imprensa civil.

5 — Foi aceite o oferecimento da «Revista da Armada» para organizar o VII Colóquio da Imprensa Militar.»

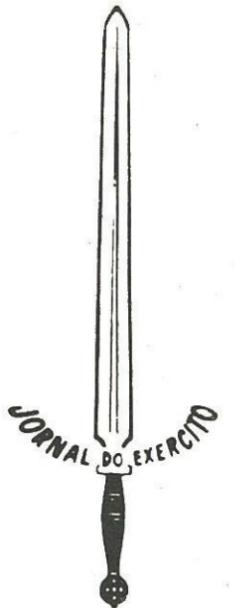
Dado por terminado o colóquio, passou-se, sem interrupção, para a sessão comemorativa dos 30 anos do «Jornal do Exército», na qual, e depois de interessante conferência pelo major Machado Dinis, sobre a história desta publicação militar, que conta já com 360 números editados sem interrupção, o general Firmino Miguel procedeu à entrega do «Prémio Jornal do Exército 89» ao coronel Óscar Gomes da Silva, distinguido pelo seu artigo «A acção do Homem e o ambiente geográfico».

tando a acção da Imprensa Militar.

4 — Mantém-se, na generalidade, as conclusões dos colóquios anteriores, salientando-se a necessidade de rever a legislação que limita aos militares a possibilidade de escreverem nas revistas militares e na Imprensa civil.

5 — Foi aceite o oferecimento da «Revista da Armada» para organizar o VII Colóquio da Imprensa Militar.»

Dado por terminado o colóquio, passou-se, sem interrupção, para a sessão comemorativa dos 30 anos do «Jornal do Exército», na qual, e depois de interessante conferência pelo major Machado Dinis, sobre a história desta publicação militar, que conta já com 360 números editados sem interrupção, o general Firmino Miguel procedeu à entrega do «Prémio Jornal do Exército 89» ao coronel Óscar Gomes da Silva, distinguido pelo seu artigo «A acção do Homem e o ambiente geográfico».



## SÓCIOS FALECIDOS

**JOAQUIM GREGÓRIO ALVINA**, sócio n.º 9776, natural de Figueira dos Cavaleiros e residente em Agualva, Concelho de Sintra, faleceu no passado dia 23 de Dezembro de 1989, devido a tumor maligno do pulmão.

Sócio com 23,5 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola quando a viatura onde seguiu embateu com outra.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Odete Dias Louro Alvina e um filho.

**FRANCISCO ARAÚJO BARRADAS JÚNIOR**, sócio n.º 9418, natural do Funchal e residente no Estoril, Concelho de Cascais, faleceu no passado dia 23 de Dezembro de 1989, devido a insuficiência renal.

Sócio com 50 por cento de desvalorização, sofreu

o seu acidente em Moçambique quando se encontrava numa carreira de tiro e foi atingido por descarga de metralhadora pesada.

Deixa três filhos.

**ANTÓNIO BÁRBARA DIAS**, sócio n.º 5989, natural e residente em Alverca, Concelho de Vila Franca de Xira, faleceu no passado dia 11 de Fevereiro de 1990, devido a intoxicação.

Sócio com 40 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola aquando do rebentamento de uma granada antipessoal.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Carmelinda Rosa Sanches Constância Dias e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

## ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

### WISEU

<b>SEGUNDAS:</b>	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
<b>TERÇAS:</b>	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
<b>QUARTAS:</b>	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
<b>QUINTAS:</b>	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
<b>SEXTAS:</b>	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
<b>SÁBADOS:</b>	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

### SEDE

<b>CLÍNICA GERAL</b>	Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
<b>PSIQUIATRIA</b>	Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
<b>PSICOLOGIA</b>	dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
<b>ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL</b>	Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

As consultas de sábado efectuem-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

As consultas efectuem-se todas no consultório médico da sede. As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.

As sessões de Orientação Escolar e Profissional destinam-se a filhos de sócios e estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita para Anabela, no departamento de Formação Profissional, também pelos telefones acima indicados.

# PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNO E ADFA

## reconhece trabalho da Associação

**Reconhece o Governo o papel altamente meritório assumido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) no desenvolvimento de acções relevantes em benefício das pessoas deficientes e o dinamismo com que se tem empenhado na resolução dos problemas relativos à reabilitação e integração**

**social dos deficientes militares, quer a nível nacional quer internacional.**

**Justifica-se, portanto, a comparticipação do Estado pelos Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, nos encargos emergentes da construção do novo edifício-sede da ADFA.**

São estas as palavras introdutórias do «Protocolo de Cooperação» que foi assinado pelas 12 horas do dia 23 de Março de 1990 entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no qual «com espírito de solidariedade e cooperação», acordam em que cada um daqueles gabinetes governamentais contribua com cento e trinta milhões de escudos, em entregas faseadas, para a primeira e segunda fases da construção do edifício-sede da ADFA, comprometendo-se esta a respeitar os respectivos projecto, caderno de encargos, condições técnicas gerais e especiais, plano de trabalho e orçamento.

Na presença dos respectivos secretários de Estado, drs. Eugénio Ramos (DN) e Vieira de Castro (ESS), dos chefes e vice-chefe do Estado-Maior general das Forças Armadas, generais Soares Carneiro e Mendes Dias, dos chefes dos Estados-Maiores da Armada, almirante Andrade e Silva da Força Aérea, general Conceição e Silva, do vice-chefe dos Estado-



dois Ministérios, de mais individualidades e de numerosa representação da ADFA, os titulares da pasta da Defesa Nacional, dr. Fernando Nogueira, da pasta do Emprego e Segurança Social, dr. Silva Peneda e o presidente da direcção central da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, José Arruda, assinaram os três exemplares do «Protocolo de Cooperação» que permite e garante a construção da nova sede nacional.

Porque o ELO foi adiado devido a esta cerimónia tendo, no entanto,

primeiro lugar, e de improviso, o presidente da direcção central considerou este acto só possível devido ao reconhecimento oficial que é dado actualmente ao trabalho da ADFA, e ao empenhamento quer da instituição militar quer dos gabinetes governamentais envolvidos, podendo garantir que a associação vai continuar a sua acção em favor dos deficientes militares, em particular, e dos deficientes em geral, sendo a realização do próximo encontro entre associações e de antigos combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique uma demonstração plena da sua dinâmica e vontade, aliás como o foi o desafio da construção da nova sede.

Sublinhando que, apesar de tudo, grandes são os problemas que continuam a existir, muito em especial os que se prendem com a legislação e aqui José Arruda teria uma palavra muito especial para o empenhamento pessoal do dr. Eugénio Ramos, secretário de Estado adjunto da Defesa Nacional, o presidente da actual direcção central referiu a presença, na delegação da ADFA, de antigos dirigentes da associação já que de quase 16 anos se compõe o seu historial.

Falou em seguida o ministro do Emprego e da Segurança Social:

«Com as assinaturas que hoje vão ser apostas

no Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas podemos considerar que foi dado mais um passo firme na concretização de um objectivo

das Forças Armadas. Sobretudo, se tivermos em conta, que foram precisos 16 anos para de modo significativo se reconhecer o papel de uma associação que se criou e desenvolveu pela mão daqueles que fizeram parte de uma geração que muito ou tudo sacrificaram em prol da Pátria.

...sabemos que, no quadro das recomendações aprovadas pela Federação Mundial de Antigos Combatentes, vítimas de guerra essa associação vai promover em Maio uma conferência dos antigos combatentes de Portugal, da República Popular de Angola, da República Popular de Moçambique e da República da Guiné-Bissau, destinada a aprofundar os laços de amizade e solidariedade e o estabelecimento de formas de cooperação nas áreas da reabilitação e integração dos

mento de um programa de cooperação da ADFA com as associações congéneres dos PALOP e com os próprios países no domínio da reabilitação de pessoas com deficiência.»

A terminar, e das palavras do ministro da Defesa Nacional referimos:

«À Associação dos Deficientes das Forças Armadas quero dirigir uma palavra de muito apreço, quer por ter sabido concluir a sua acção ao seu objectivo legítimo, quer pelo esforço posto na reabilitação e integração dos deficientes militares. É esse um esforço perpassado de elevado conteúdo ético, merecedor do mais profundo respeito e apoio, que a todos nos deve sensibilizar.

... Seria, em boa verdade, inaceitável se aqueles que moralmente se engrandeceram por fisicamente terem ficado diminuídos ao serviço da comunidade fossem por esta marginalizados ou se as Forças Armadas sobre quem recaiu um imenso sacrifício, não vissem protegidos e defendidos os que as integram ou integram.

Por isso, para todos aqueles que são discípulos do pensamento humanista, que prezam os valores pátrios e que defendem o prestígio das Forças Armadas Portuguesas é imperativo de consciência a permanente disponibilidade para compreender e auxiliar à solução das questões que cabem nos fins estatutários da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.»

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL,

O MINISTRO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL,

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS,



-Maior do Exército, general Tomé Pinto, em representação do general Firmino Miguel, CEME, dos presidentes da Liga dos Combatentes e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, generais Altino de Magalhães e Themudo Barata, de vários chefes de serviços e directores-gerais dos

que entrar em impressão quatro horas depois, para o que todo, excepto esta última página, já estava montado, não nos é possível senão publicar os extratos mais importantes dos discursos proferidos, mas a que será dado o devido destaque em Abril.

Usando da palavra em



definido há longo tempo e para cuja realização só agora houve uma vontade política para o efectivar.

A satisfação anteriormente expressa merece uma palavra de justificação perante a comunidade e é devida a vários títulos.

Em primeiro lugar, porque está em causa a afectação de dinheiros públicos. E a este respeito o senhor ministro da Defesa Nacional terá a ocasião de esclarecer a oportunidade da concessão dos subsídios pelos dois Ministérios à Associação dos Deficientes das For-

deficientes e veteranos daqueles países.

Será o primeiro passo dado por uma associação privada para o estabeleci-